

HELLEN SIMONE TORTORELLI

**AGRICULTURA FAMILIAR NA ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NO
MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT, BRASIL**

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
MARÇO/2017**

HELLEN SIMONE TORTORELLI

**AGRICULTURA FAMILIAR NA ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NO
MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT, BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves
Coorientadora: Profa. Dra. Edinéia Aparecida Santos Galvanin

TANGARÀ DA SERRA/MT – BRASIL

MARÇO/2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

T729a Tortorelli, Hellen Simone.

Agricultura Familiar Na Associação De Hortifrutigranjeiros No Município De Mirassol D'Oeste - MT, Brasil. -- Tangará da Serra – MT / Simone Hellen Tortorelli. 2017.
65 f.

Orientador: Dr(a). Sandra Mara Alves da Silva Neves.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambientes e Sistemas de Produção Agrícola. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus de Tangará da Serra/MT, 2017.

1. Agricultura familiar. 2. Pequenos Produtores Rurais. 3. Gênero. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDU 57(817.2)

Bibliotecária: Suzette Matos Bolito – CRB1/1945.

HELLEN SIMONE TORTORELLI

**AGRICULTURA FAMILIAR NA ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NO
MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT, BRASIL**

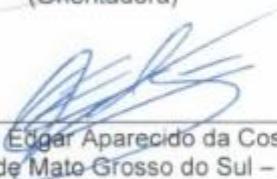
Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 23 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora



Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
(Orientadora)



Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/Corumbá



Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha, de França
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL

2017

DEDICATÓRIA

Ao orientador Prof. Dr. Ronaldo José Neves (*In memoriam*)
À minha filha Hévelyn Tortorelli Travessini

|

AGRADECIMENTOS

A Deus por todos os momentos vivenciados durante o curso e a força necessária através da fé.

À minha orientadora Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves pelo incentivo, conselhos, dedicação e paciência na orientação deste trabalho.

À minha mãe pelo apoio durante o curso de pós-graduação.

À Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso pela liberação parcial para qualificação, por meio da concessão da licença para qualificação profissional.

Ao projeto “Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Grande Cáceres – Uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização e a atuação das mulheres”, financiado através do Edital CNPq/MDA/SPM-PR n 11/2014.

À Dra. Edinéia Aparecida Santos Galvanin pela Co-orientação e contribuições na jornada acadêmica e palavras de incentivo.

Aos doutores Raimundo Nonato Cunha de França e Gilmar Laforga pelas contribuições e discussões científicas generosamente disponibilizadas na qualificação desta dissertação.

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo, em especial a tia Jurema Carrilho e ao pai da minha filha pelo cuidado zeloso e carinho à nossa filha durante a minha ausência.

À equipe do Laboratório de Geotecnologias UNEMAT (LABGEO UNEMAT) pelo apoio e contribuições no decorrer da pesquisa.

Aos amigos especiais pelos incentivos e conselhos, Cristina Sanini, Fabrício Colleti, Edilene Neiva Quirino, Marcela de Almeida Silva e Leandro Batista da Silva.

Aos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros e Secretaria de Agricultura do município de Mirassol D'Oeste pelas contribuições de extrema relevância na realização desta pesquisa.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola – PPGASP da Universidade do Estado de Mato Grosso

Aos professores que compõem a banca de defesa pelas contribuições que oportunizaram o aprimoramento desta dissertação.

LISTA DE DEFINIÇÕES E SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

ARPEP – Associação Regional das Produtoras (es) Extrativistas do Pantanal

DAP - Declaração de aptidão ao Pronaf

GPS - Sistema de Posicionamento global

LABGEO - Laboratório de geotecnologias

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra

MT - Mato Grosso

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RL - Reserva Legal

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Associação de hortifrutigranjeiros na cidade de Mirassol D'Oeste/MT nos contexto estadual e municipal.	22
Figura 2: Produção de hortaliças de base familiar na propriedade do agricultor familiar no município de Mirassol D'Oeste - MT.....	25
Figura 1: Mirassol D' Oeste – MT, no contexto brasileiro e municipal.....	50
Figura 2: Agricultora familiar produtora de hortaliças no município de Mirassol D'Oeste – MT. Fonte: Pesquisa da autora, 2016.	59
Figura 3: Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste – MT.....	62
Figura 4: Localização das principais hortas das agricultoras familiares entrevistadas da Associação de Hortifrutigranjeiros, no ano de 2016.	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros, 2016.....	26
Tabela 2: Distribuição da frequência absoluta e relativa da naturalidade dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT.....	28
Tabela 3: Origem dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros de estudo.	29
Tabela 4: Distribuição da frequência absoluta e relativa dos produtos comercializado na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT.	34
Tabela 5: Atividades econômicas que complementam a renda familiar dos feirantes no ano de 2016.	36
Tabela 1: Composição das mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT, 2016.	57

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

RESUMO.....	22
ABSTRACT.....	23
INTRODUÇÃO GERAL	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16
ARTIGO 1: Caracterização dos agricultores da associação de hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste – MT, Brasil.....	18
ARTIGO 2: As atuação das agricultoras familiares Na associação de hortifrutigranjeiros de mirassol d' oeste/mt, brasil	46
ANEXOS	71

RESUMO

A agricultura familiar tem sido uma importante fonte de reprodução social e cultural para os agricultores familiares brasileiros. Esta dissertação teve como objetivo diagnosticar o perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros do município mato-grossense de Mirassol D'Oeste. Efetuou-se uma revisão bibliográfica e foram realizadas visitas de campo na Associação e nos espaços produtivos dos agricultores familiares e na Secretaria Municipal de Agricultura para coleta de dados, utilizando a técnica de entrevista, cujas respostas foram registradas em dois formulários, sendo um composto por questões a respeito do agricultor familiar e outro sobre a produção. Verificou-se que é predominante a atuação das mulheres na feira livre municipal, através da comercialização de diversos produtos (hortaliças, leguminosas e frutíferas) à população mirassolense. Os agricultores familiares fazem a comercialização de sua produção agrícola no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste. A faixa etária dos agricultores familiares da Associação varia entre 18 anos até maiores de 61 anos. A naturalidade com mais expressividade na feira é de mirassolenses. O grau de escolaridade é preocupante, pois dos agricultores familiares poucos tem o ensino médio completo. A falta de fornecimento da água na Associação foi apontada pelos agricultores como uma das principais dificuldades na comercialização. Relativo ao custo de comercializar na feira, a maioria dos associados consideram o valor cobrado razoável. A maioria das mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste são agricultoras familiares e afirmam ser inexistente discussões sobre a importância do trabalho realizado pelas mulheres num espaço, que aos olhos de uma sociedade patriarcalista, o homem é denominado como o principal ator social responsável pela comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Atualmente os agricultores familiares vinculados à Associação de Hortifrutigranjeiros não acessam nenhum tipo de política pública, devido a Associação não estar regulamentada. Contudo, os associados consideram que poderiam receber incentivos de órgãos públicos ou privados para que alguns problemas existentes fossem amenizados, como a ausência de assistência técnica rural. Os agricultores familiares destacam a importância da legalização do estatuto da Associação que se encontra desatualizado frente às demandas existentes. Por fim, foi constatado através de relatos a ausência de incentivos dos órgãos públicos para a implantação de políticas públicas que possam atender às necessidades do grupo de agricultores familiares de Mirassol D'Oeste.

Palavras-chave: Agricultura familiar; pequenos produtores rurais; gênero; políticas públicas.

ABSTRACT

Family farming has been an important source of social and cultural reproduction for Brazilian family farmers. This dissertation aimed to diagnose the socioeconomic and environmental profile of the family farmers of the Association of Horticulturalists from Mirassol D'Oeste, a town located in Mato Grosso state. The bibliographic review was carried out. Visits were carried out in the Association and in the productive areas of family farmers and at the Municipal Department of Agriculture for data collection, using the interview technique, whose answers were recorded in two forms, one composed of questions about the farmer Family and other about the production. It was verified that the predominance of women in the municipal street fair, through the commercialization of several products (vegetables and fruit) to the Mirassol population. The family farmers commercialize their agricultural production in Mirassol D'Oeste. The age range of the Association's family farmers varies from 18 to 61 years old. The naturalness with more expressiveness in the street fair is related to mirassolenses. The level of schooling is worrying, since few family farmers have a high school education. The lack of water supply in the Association was pointed out by farmers as one of the main difficulties in marketing. Regarding the cost of marketing at the street fair, most of the members consider the price charged reasonable. Most of the women of the Horticulturalists Association in Mirassol D'Oeste are family farmers and claim to be non-existent discussions about the importance of the work done by women in a space, which in the eyes of a patriarchal society, man is denominated as being the main Social actor responsible for the marketing of products that come from family agriculture. Currently, the family farmers linked to the Horticulturalists Association do not access any type of public policy, because the Association is not regulated. However, members consider that they could receive incentives from public or private agencies in order to mitigate some existing problems, such as the absence of rural technical assistance. Family farmers highlight the importance of legalizing the Association's status, which is out of date in the face of existing demands. Finally, it was recorded through reports the absence of incentives from public agencies for the implementation of public policies that can meet the needs of the group of family farmers of Mirassol D'Oeste.

Keywords: Family agriculture; Small farmers; gender; public policy.

INTRODUÇÃO GERAL

A agricultura familiar na referida dissertação será apresentada ao encontro da realidade dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D' Oeste, MT.

Malleta (2011) e Schneider (2013) destacaram que “a agricultura familiar é uma forma de atividade agrícola amplamente representada na América Latina”, também é a principal responsável pela produção de gêneros alimentícios. Sob esse viés destaca-se a importância desta para os agricultores que a tem como principal base para prover o sustento familiar.

Aires e Salamoni (2013, p. 43), complementam ao afirmarem que:

A agricultura familiar no Brasil ganhou importância, em termos de políticas públicas específicas para este segmento, a partir da década de 90. Essa conquista, juntamente com um relativo contexto de crise na agricultura patronal ligada às grandes propriedades e as lavouras empresariais de exportação, teve um papel importante para o fortalecimento da agricultura familiar que é responsável pelo abastecimento do mercado interno de alimentos.

Além disso, vale mencionar que através da agricultura familiar as atividades agrícolas não ocasionam impactos irreversíveis no espaço agrícola, colocando sob ameaça os recursos naturais disponíveis no espaço natural. Sendo assim, importante no meio rural a prática e o incentivo de alternativas sustentáveis que possam condicionar o fortalecimento dos agricultores familiares. De acordo, com Nespoli et al. (2015, p.160):

É esperado que a agricultura, principalmente a familiar, contribua na desconcentração de renda, na criação de ocupações produtivas, no aumento da produtividade e na qualidade de alimentos, na diversificação e verticalização da produção.

Corroborando com o exposto, sobre a importância da agricultura familiar, Meynard (2014) afirma que as políticas para agriculturas mais sustentáveis visam atender a atual demanda da sociedade que gera benefícios de interesses coletivos, bem como a qualidade na alimentação, segurança e soberania alimentar, além de contribuir com novos modelos de alternativas da agricultura agroecológica, o preço destes produtos por sua vez, ainda não atendem na mesma consonância o custo da oferta destes para a sociedade.

Na definição teórica do referido estudo a linha marxista (Souza, 2006) o estado como instituição, a sociedade civil, as mercadorias resultantes do capital, estes por sua vez não se definem como natureza humana na concepção imutável e

eterno, estas necessitam de uma análise detalhada e intensa sobre o processo histórico.

Os agricultores familiares, da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste-MT, analisam de acordo com as experiências de vida que a atual sociedade é excludente, a má distribuição de renda divide a classe de agricultores que sobrevivem da agricultura familiar apenas para o autoconsumo, por sua vez, não almejam capital para mudar de classe social, estes atores sociais afirmam que almejam apenas oferecer às famílias melhores condições socioeconômicas que sejam dignas para exercerem o trabalho rural.

Tubaldini (2009) sugere que as mulheres desempenham um importante papel como produtoras no espaço agrário, não têm o reconhecimento social e científico no trabalho que exercem, o que resulta na exclusão de dados estatísticos, de documentos oficiais que apresentam a participação de homens e mulheres no exercício econômico no campo, o que não difere do meio urbano.

Mesquita e Mendes (2012) ressaltam a importância das agricultoras familiares não apenas responsáveis pelo sustento familiar, mas, com atuação significativa em atividades agrícolas, como lavoura e criação de animais. Isso demonstra a autonomia e dinamismo na questão de gênero em unidades produtivas e reprodutivas.

Brumer (2004) afirma que as mulheres têm autonomia e poder, pois tomam decisões relativas às atividades domésticas, bem como a educação dos filhos, o uso de recursos destinados a manutenção do lar.

Ao propor a pauta da temática gênero e ruralidade, demarca-se um posicionamento ético-político, considerando a heterogeneidade e a diversidade, bem como a singularidade presente nos contextos locais, nas produções analisadas. (GOMES et al., 2016, p. 116).

Segundo Bonini (2004) a agricultura do agronegócio, vista como garantia de fortalecimento econômico no país, recebe enorme atenção frente aos projetos de desenvolvimento, porém, a agricultura familiar resiste a tamanha desvalorização no cenário econômico, apesar de ser considerada a principal fonte na diversidade de alimentos que abastecem as cidades.

Nesse sentido, Buainain et al. (2003, p. 314), afirmam:

[...] Com efeito, nos últimos anos, o argumento do novo rural vem sendo utilizado para justificar a necessidade de abandonar políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não-agrícolas,

limitando-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais, àquelas consideradas competitivas por ocuparem nichos de mercado, de produtos especiais de alto valor agregado, cuja produção requer o uso intensivo de mão-de-obra.

Além disso, Tubaldini et al. (2009), afirmam que no contexto da agricultura familiar e gênero no Brasil, atuação da mulher do campo é considerada apenas como ajuda ao homem, sem o reconhecimento da importância, não agregando o real valor na sociedade brasileira, em que os índices deveriam apontar o merecido destaque em pesquisas sociais.

Brumer et al. (2008) apontam que a questão de gênero se direciona às responsabilidades que mulheres e homens exercem, o que denota a divisão do trabalho, em que a função da mulher esteja ligada diretamente à atividade doméstica.

Assim, Paulilo (2004, p. 245), corrobora:

[...]. Embora exista no Brasil a agricultura familiar enquanto tipo de empreendimento econômico, não existe a categoria profissional “trabalhador familiar”. Nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos aparecem como “membros não remunerados da família, embora o pai também não seja remunerado”. [...]

Sob esse viés, vale mencionar que as políticas públicas são apontadas pelos atores sociais investigados nesse estudo como alternativa na construção de políticas internas, para que melhorias ocorram na Associação de Hortifrutigranjeiros, pois os agricultores familiares associados afirmam que a política pública constante no exercício de se manter enquanto grupo com interesses comuns, em função da atividade econômica exercida pelo coletivo, com as mesmas perspectivas.

Souza (2006) enfatiza que as políticas públicas definem estratégias através de medidas diretas já elaboradas, o que pode resultar em conflitos opostos nos interesses, distintos de um determinado grupo social.

No caso específico dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste, o trabalho exercido pelas mulheres foi imprescindível no contexto histórico da consolidação da feira livre municipal, como era conhecida, pois estas mulheres assumem atividades agrícolas desde a produção até a comercialização dos produtos, garantindo o sustento familiar.

Assim, para execução desta pesquisa foram coletados dados, por meio de visitas de campo para aplicação de formulários na Associação de Hortifrutigranjeiros, na feira livre e nos espaços produtivos, possibilitando a caracterização socioeconômica dos agricultores, bem como a ambiental dos locais onde se originam os alimentos fornecidos pela agricultura familiar na feira municipal.

Para tanto, o desenvolvimento desta pesquisa permite uma análise dos desafios existentes na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT, frente à imensa diversidade de aspectos que se apresentam no cotidiano de feirantes e agricultores familiares, propicia difundir de forma precisa os conhecimentos necessários ao desenvolvimento científico, pois constata-se a incipiência de literaturas científicas que possam contribuir com análise de feiras livre na região sudoeste mato-grossense.

Face ao exposto, pressupõe-se neste estudo que as atuações de agricultores familiares não estejam, necessariamente, ligadas ao acesso à políticas públicas. No entanto, estes depositam sua credibilidade na agricultura familiar como principal garantia para o autoconsumo.

A importância desta pesquisa, através da análise no contexto da agricultura familiar na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste/MT, consiste em apresentar a contribuição do trabalho destes agricultores familiares diante das incertezas no atual momento político que o país atravessa, considerando como hipótese que estes agricultores familiares não sejam, especificamente, dependentes de um mercado institucionalizado.

Assim sendo, o objetivo dessa dissertação foi de realizar o diagnóstico socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros do município mato-grossense de Mirassol D'Oeste, apresentando a discussão sobre gênero e políticas públicas.

Esta dissertação encontra-se estruturada em dois capítulos, em forma de artigos, que apresentam estruturas conforme os periódicos selecionados para submissão (Anexos I e II): o primeiro artigo refere-se ao diagnóstico socioeconômico dos agricultores familiares vinculados à Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste – MT, com o intuito de diagnosticar o perfil social e econômico dos agricultores familiares de Mirassol D'Oeste/MT.

O segundo artigo versa sobre as experiências das agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros e sua contribuição na composição da renda

familiar por meio da comercialização dos seus produtos na Associação de Hortifrutigranjeiros, cujo objetivo é analisar a atuação das mulheres enquanto agricultoras familiares na Associação de Hortifrutigranjeiros da municipalidade mato-grossense de Mirassol D'Oeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES C. H. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 17. n. 1, p. 41-54, jan. /abr., 2013.

BONINI, C. V. **A importância da mulher na agricultura familiar: o exemplo das trabalhadoras rurais na colônia Osório - Cerrito Alegre – Pelotas – RS.** 82f. 2004. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso Geografia). Universidade Federal de Pelotas UFPEL, Pelotas/RS.

BUAINAIN, M, A.; ROMEIRO, R. A.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10. p.312-347, jul./dez. 2003.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, A.; PANDOLFO, C. G.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na região sul do brasil. In: Seminário Fazendo Gênero 8. 2008, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 1-15.

FINATTO, A. R.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 20, n. 2, p.199-217, dez. 2008.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. “Qual fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n.1, p.45-68, jan./mar. 2013.

GOMES, M. C. R.; NOGUEIRA, C.; TONELI, F. J. M. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28. n. 1, p.115-124, 2016.

MALLETA, H. Tendencias y perspectivas de la agricultura familiar en América Latina. **Documento de trabajo**. Santiago de Chile: Centro Latino-americano para el Desarrollo Rural, 2011. 33 p.

MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21. 2012, Uberlândia-MG. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-20.

MEYNARD, F. Casos de Colombia, Ecuador y Peru In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Ed.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y El Caribe: balance, desafíos y perspectivas**. Santiago: Cepal, Red PP- AL, 2014.

NESPOLI, A.; COCHEV, J. S.; NEVES, S. M. A. S.; JÚNIOR, S. S. Produção de hortaliças pela agricultura familiar de Alta floresta, Amazônia mato-grossense. **Campo – Território**, Uberlândia-MG, v. 10, p. 159-191, 2015.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

SOUZA, J. M. Anúnciação de “State and civil society in Marx's thinking”. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 25-39, 2010.

TUBALDINI, M. A. S.; DINIZ, R. F.; SILVA, L. M. A importância do trabalho feminino para a manutenção da agricultura familiar nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte-Vale do Jequitinhonha/MG. In: Seminário Visões do Vale, 5., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. 12p.

**CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO DE
HORTIFRUTIGRANJEIROS NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE – MT,
BRASIL**

**PROFILE OF FARMERS OF THE HORTICULTURALISTS' ASSOCIATION IN
MIRASSOL D' OESTE – MT, BRAZIL**

[Revista Ra'ega: O espaço geográfico em análise]

RESUMO

A Associação de Hortifrutigranjeiros reúne os agricultores familiares dos municípios Mirassol D'Oeste, Curvelândia e São José dos Quatro Marcos, pertencentes ao território da Grande Cáceres/MT. O Objetivo desta pesquisa é diagnosticar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, integrantes da Associação de Hortifrutigranjeiros, que comercializam sua produção na feira municipal de Mirassol D'Oeste/MT. Para a execução da coleta de dados foi aplicado um formulário semiestruturado para vinte e seis entrevistados e, posteriormente, realizada a tabulação, análises e discussão dos dados. A naturalidade de 42,31% das pessoas é mato-grossense, porém, 34,62% são paulistas, o que afirma o contexto histórico de colonização do município de Mirassol D'Oeste. O grau de escolaridade é de 50% com expressividade do ensino primário. A quantidade de filhos, de 76,92%, é entre 1 e 2 filhos. Os agricultores que produzem e comercializam hortaliças e leguminosas, 26,92%, vivem no município Mirassol D'Oeste entre 11 e 25 anos. Concluiu-se que há necessidade de orientações técnicas, benfeitorias na infraestrutura e na regulamentação na Associação de hortifrutigranjeiros para que ocorra o fortalecimento da comercialização dos produtos originários da agricultura familiar, torna-se necessário o apoio dos associados e do órgão público municipal.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Desenvolvimento territorial; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Horticulturalists Association brings together family farmers from the town Mirassol D'Oeste, Curvelândia and São José dos Quatro Marcos, belonging to the territory of Cáceres / MT. The main purpose of this research is to diagnose the socioeconomic profile of family farmers who are members of the Horticulturalists Association who market their production at the Mirassol D'Oeste / MT municipal street fair. For the execution of the data collection, the semistructured form was applied with twenty-six respondents and later the tabulation, analysis and discussion of the data were performed. The natural state of 42.31% of the people is Mato Grosso, but 34.62% are from São Paulo, which affirms the historical context of colonization of the town Mirassol D'Oeste. The educational level is 50%, with expressiveness of primary education. The number of children of 76.92% varies between 1 and 2 children. 26.92% of the farmers, who produce and market vegetables, live in Mirassol D'Oeste and their ages varies from 11 to 25 years old. It was concluded that there is a need for technical guidelines, improvements in infrastructure and regulation in the Horticulturalists Association in order to strengthen the commercialization of products originating in family agriculture, requiring the support of members and the municipal public agency.

Keywords: Family agriculture; Territorial development; Public policy.

INTRODUÇÃO

A Lei Federal n. 11.326/2006 define agricultura familiar, caracteriza como atividade que emprega essencialmente mão de obra familiar, com renda familiar mínima oriunda do estabelecimento agrícola e a extensão máxima de terra que não ultrapasse quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006).

Abromavay (1998) define que as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar têm consolidado um expressivo crescimento do setor, o que por sua vez, vem redefinindo os usos e remodelando novos produtos no atual mercado financeiro nacional.

Nesse sentido, Teixeira (2002) discorreu que as políticas públicas visam atender as necessidades dos agricultores familiares através de orientações técnicas e definição de estratégias para sua consolidação nos mercados.

INCRA/FAO (1999) a produção de matérias primas e de alimentos no Brasil corresponde a 80%, a agricultura familiar é a principal responsável neste segmento, cujas particularidades de cada região brasileira, considerando as condições geográficas, contribui notoriamente com a renda per capita, seja em âmbito local, regional, estadual ou até mesmo em abrangência nacional, visto que o fluxo de alimentos no interior do país ocorre através dos transportes rodoviários, a agricultura familiar é a responsável pela diversidade de boa parte dos alimentos.

Guanzioli (2007) ressalva que, com o surgimento do PRONAF em 1995, a não existência de crédito era considerado um dos maiores problemas enfrentados pelos agricultores, com ênfase nos familiares. Assim, não restam dúvidas que o programa se estendeu de forma satisfatória em todo o território brasileiro, o que possibilitou o acesso de pequenos agricultores à programas que atendem diversas modalidades no setor agrícola, a assistência técnica, melhoria em infraestruturas tanto para os agricultores quanto aos municípios envolvidos nesta importante política pública em âmbito federal.

Barbosa et al. (2012, p. 6) definem sugestões de como as políticas públicas podem contribuir significativamente com o desenvolvimento no espaço rural:

A maneira como os agricultores veem a questão do desenvolvimento rural poderia ser considerada para melhorar as políticas governamentais e assim alcançar o desenvolvimento em seus diferentes níveis. Do mesmo modo que a reforma agrária, o desenvolvimento rural e as políticas públicas ainda não aconteceram de fato no Brasil, o que se vê são esboços de um processo ainda precário que requer fiscalização e gestão compartilhada dos recursos investidos.

Desse modo, os autores enfatizam que os desafios impossibilitam o incentivo ao agricultor familiar, seja através de sindicatos rurais e órgãos públicos (municipal, estadual e federal) que não cooperam com o crescimento econômico e a consolidação da agricultura familiar constituída principalmente pelas famílias que deixaram o seu local de origem para obterem o sustento por meio da produção familiar. Situação que ocorre com diversas famílias da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste/MT que realizam a agricultura familiar mesmo diante dos desafios para sua consolidação econômica e o acesso à políticas públicas. Corroborando ao exposto, Oliveira (1994, p. 55):

Desta forma, o campo brasileiro vai, no seio das contradições do desenvolvimento capitalista no país, forjando sua unidade de luta na diversidade das suas origens. “É, pois, este o caminho para a sua compreensão e entendimento: diverso e contraditório”. Vale ainda destacar que as famílias que vivem no campo mantêm relações históricas de pai para filhos com a forma de lidar com a terra procurando manter as origens culturais e agrícolas por várias gerações.

Grisa (2010, p. 598) afirma que “elas são também o lugar de expressão de valores, crenças e saberes. Trata-se do lugar onde uma sociedade constrói a sua relação com mundo, as suas representações ou visões do mundo”.

Nesse sentido, uma das principais preocupações dos agricultores familiares é garantir o próprio consumo. A venda do excedente será diretamente ligado às mesas dos consumidores, por isso a adaptação na produção e comercialização que possam atender a demanda e as exigências de consumo local, essa produção com vistas ao mercado ocorre mediante orientação de instituições como universidades e orientação de organizações não governamentais. Sobre o exposto, Silva (2016, p. 18) afirma as possíveis alternativas aos agricultores familiares:

A identificação das necessidades do setor de produção da agricultura familiar é o primeiro passo para seu desenvolvimento. A partir desse processo é possível buscar alternativas que viabilizem a produção local, para que os agricultores familiares tenham condições de permanecerem na terra conquistada. Deste modo, é importante assegurar que estes tenham adequadas condições de vida, que consequentemente resultará no fortalecimento do segmento no meio rural.

Na visão de Gazzola e Schneider (2013, p. 46), no tocante ao fortalecimento dos agricultores familiares, vale destacar a principal política pública destinada a agricultura familiar no Brasil:

O Programa Nacional da Agricultura familiar (PRONAF), vislumbra atender as necessidades dos agricultores familiares em suas atividades no espaço

rural com intuito de oferecer inclusive assistência técnica no campo, considerada como um dos desafios as atividades agrícolas. Essa ação governamental em âmbito federal constitui uma importante política pública de incentivo ao crédito rural tanto para investimento em benfeitorias (compra de animais, maquinários agrícolas) quanto para custeio (sementes, fertilizantes químicos, agrotóxicos), contribuem no fortalecimento dos agricultores familiares. Uma vez que o PRONAF “(...) emerge na década de 1990 como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social”.

Nessa perspectiva, este estudo versa sobre a caracterização socioeconômica dos agricultores familiares da Associação Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D’Oeste/MT, que atuam como feirantes para comercializar sua produção e anseiam a consolidação de políticas públicas para o fortalecimento de sua atividade em âmbito municipal, a exemplo de outras associações na região, como a do Assentamento Margarida Alves no mesmo município da referida pesquisa.

Diante da contextualização teórica apresentada, o objetivo desse estudo foi diagnosticar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares integrantes da Associação de Hortifrutigranjeiros que comercializam sua produção na feira municipal de Mirassol D’Oeste/MT.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

A Associação de Hortifrutigranjeiros está situada na área urbana do município de Mirassol D’ Oeste (Figura 1), localizado na região Sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2012).

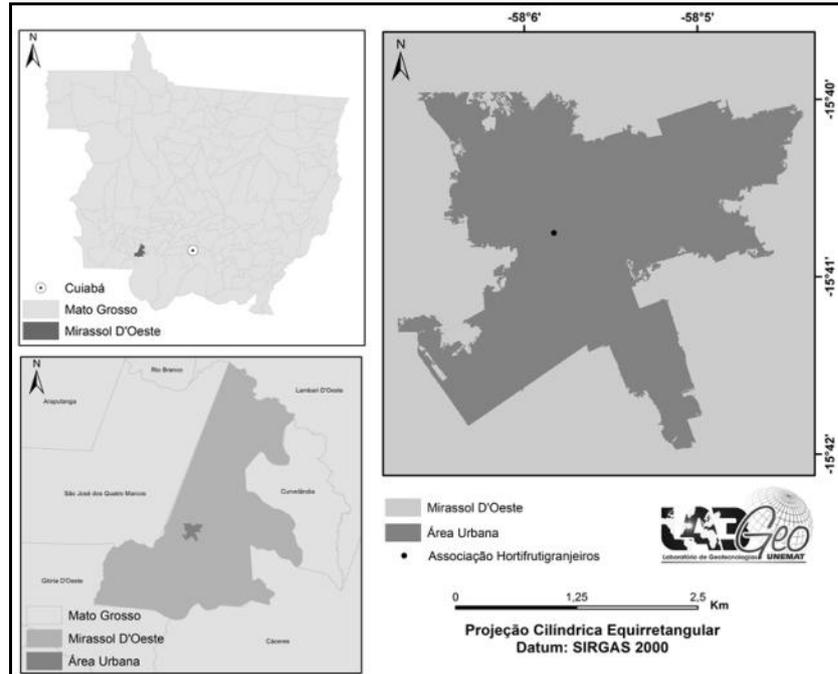


Figura 1: Associação de hortifrutigranjeiros na cidade de Mirassol D'Oeste/MT, nos contextos estadual e municipal. **Fonte:** LabGeo UNEMAT, 2016.

A Associação de Hortifrutigranjeiros, no contexto histórico de sua formação, inicialmente era conhecida ou ainda chamada popularmente pelos cidadãos mirassolenses como “feira livre”, realizada na praça do Rotary próximo a rodoviária municipal.

No início da década de 1990, de acordo com relatos dos feirantes pioneiros, a feira livre municipal era organizada pelos pequenos produtores da região de Mirassol D'Oeste/MT, e permaneceu nas quintas-feiras e domingos.

A mudança de local da feira livre para o terreno ofertado pela prefeitura municipal teve como principal fator necessidade de melhoria na infraestrutura, que segundo os feirantes era extremamente precário. A falta de água, por exemplo, era um fator que dificultava a comercialização dos produtos ofertados na pracinha do Rotary e nos dias de chuva a situação complicava ainda mais. As barracas eram montadas e desmontadas no início e término de cada feira, sendo a limpeza do local de responsabilidade da prefeitura municipal.

A população estimada residente no município é de 25.299 habitantes e deste total, 21.470 residem na área urbana, o restante da população reside no distrito de Sonho Azul e nas propriedades rurais (IBGE, 2016). Apresenta a densidade demográfica de 23,50 hab/km², sendo esta a superior de Mato Grosso, que é de 3,36 hab/km² (BRASIL, 2016).

Contudo, na região sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso, a pecuária extensiva e a agricultura se destacam como as principais atividades econômicas, a cana-de-açúcar como carro chefe na produção agrícola local e nos últimos cinco anos a inserção de soja nas áreas de pastagens, o que caracteriza extensas áreas de monoculturas (IBGE, 2016). No início do ano de 2015 duas indústrias, a granja e o frigorífico, que geravam empregos no município faliram o que gerou desemprego no âmbito local.

Procedimentos metodológicos

O delineamento utilizado para a realização da pesquisa foi o estudo de caso, além das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. E a obtenção de informações junto aos atores sociais, os agricultores familiares vinculados a Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste/MT.

Yin (2001) sugere que esse tipo de estudo é adequado quando são propostas para a pesquisa questões do tipo “como” e “por que”, nas quais o pesquisador tenha baixo controle da situação investigada.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, com 26 agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste/MT, os agricultores familiares foram identificados inicialmente através de consulta no cadastro apresentado pela presidente da associação. Durante as entrevistas os atores sociais indicavam outros agricultores conhecidos nas bancas da feira, o que totalizou 100% dos entrevistados que se denominam agricultores familiares, utilizando um formulário composto por perguntas abertas e fechadas, e observação participativa, utilizando um caderno de campo para as anotações e a máquina fotográfica para registro dos lotes rurais visitados das agricultoras familiares, entrevistadas na referida pesquisa.

Foram utilizadas estatística descritiva de Frequência Absoluta (FA) e Frequência Relativa (FR), como resultados geraram-se tabelas para discussão e análise dos dados obtidos.

Para interpretação dos dados qualitativos empregou-se análise de conteúdo (CAREGNATO e MUTTI, 2006) para compreensão e, conseqüentemente, o conhecimento acerca do objeto de estudo investigado, associando as informações com literaturas científicas, relatos registrados em caderno de campo e entrevistas face a face com os atores sociais envolvidos na pesquisa.

O Sistema de Posicionamento Global (GPS) foi utilizado para georreferenciamento dos espaços produtivos das agricultoras familiares, cuja finalidade foi apresentar os locais de realização das entrevistas.

Antes do início da entrevista foi apresentada aos atores sociais a proposta da pesquisa e solicitado à adesão ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso, deferida pelo Parecer CEP UNEMAT nº 1.449.552 de 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 11.326/2006, (BRASIL,2006) define como Agricultura Familiar as atividades desenvolvidas no meio rural, com propriedades de no máximo quatro módulos fiscais, emprego de mão de obra pelos membros familiares e renda oriunda principalmente da agricultura e que a mão de obra seja da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

Nesse contexto, a agricultura familiar representa 4.367.902 estabelecimentos no Brasil em uma área 76% inferior à agricultura patronal (IBGE, 2009), o que revela desigualdade na distribuição e acesso à Terra.

Todos os agricultores familiares entrevistados da Associação de Hortifrutigranjeiros são de nacionalidade brasileira, compreendidos entre homens (30,77%) e mulheres (69,23%), residindo no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste e têm como principal fonte de renda para o sustento familiar a comercialização da produção agrícola familiar (Figura 2). Nessa perspectiva, a agricultura familiar é considerada como possibilidade de melhoria da condição de vida das famílias que vivem na zona rural, haja vista que são produzidas variedades de cultivos de alimentos que podem ser utilizados para o autoconsumo, além da venda do excedente.



Figura 2: Produção de hortaliças de base familiar na propriedade do agricultor familiar no município de Mirassol D'Oeste - MT.

Fonte: Dados de pesquisa a campo (2016).

Abramovay (1998) define a agricultura familiar como um “valor” ao propiciar melhores condições de vida através da redução da pobreza frente aos desafios impostos numa sociedade excludente. A garantia do desenvolvimento sustentável, a inserção de valores éticos e morais, a valoração do meio rural denominando-a como setor social torna possível a construção da qualidade de vida e melhores perspectivas no meio rural através da cidadania no campo.

Nesse aspecto, alguns critérios são considerados: a diversificação produtiva, a durabilidade dos recursos disponíveis para exploração no campo, a qualidade de vida como fator essencial, a oportunidade de aumentar o ganho financeiro, a geração de renda e tomadas de decisões se tornam essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar (FAO, INCRA, 1999).

Segundo Melo e Vilela (2007) a produção de hortaliças é uma das características da atividade produtiva e econômica da agricultura familiar por ocupar pequenos espaços para a produção. Nesse contexto, a agricultura familiar através da diversidade de produtos alimentícios, destinados a mesa do brasileiro, é a principal responsável por cerca de 87% da produção da mandioca, 70% pelo feijão e 46% do milho (IBGE, 2009).

Schneider (2003) apresenta o conceito de pluriatividade que define atividades agrícolas e não-agrícolas por parte dos membros de família que residam no meio rural, considerando a importância da produção familiar a partir das unidades familiares de produção e grupos domésticos, particularidades que não definem necessariamente uma análise econômica.

Para Escher (2011) a diversidade da agricultura familiar existente no meio rural se define por conta da inserção no mercado capitalista, o que por sua vez resulta em estratégias que possam atender a demanda no mercado externo.

Guilhoto et al. (2007) e Pereira (2010) consideraram que a agricultura familiar influencia a produção de alimentos e geração de empregos diretos no campo, mas isso não garante a comercialização sendo este um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores. Vale ainda ressaltar que a produção de alimentos garante o autoconsumo das famílias que têm esta atividade econômica como base para o sustento familiar.

Face ao exposto, os agricultores familiares da feira livre municipal de Mirassol D'Oeste/MT comercializam os produtos oriundos dos espaços produtivos. Ribeiro et al. (2003, p. 3) discorrem que as feiras livres:

(...) são fundamentais nas estratégias familiares. Com dimensões variadas de tamanho, inserção e resultados, a feira semanal é um espaço dinâmico de comercialização geração de renda e abastecimento. É também sem dúvida, um espaço privilegiado para a criação de políticas públicas de apoio às famílias agricultoras.

A maioria dos agricultores familiares pesquisados da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste (Tabela 1) integra a faixa etária entre 31 a 45 anos, correspondendo a fase produtiva.

Tabela 1: Faixa etária dos agricultores familiares entrevistados da Associação de Hortifrutigranjeiros, 2016.

Idade (anos)	FA	FR (%)
Menor de 18	1	3,85
18 a 25	0	0,00
26 a 30	4	15,38
31 a 45	11	42,31
46 a 50	4	15,38
51 a 60	4	15,38
Mais de 61	2	7,69
Total	26	100

Fonte: Dados de pesquisa a campo (2016).

Ao que tange a sucessão familiar, os jovens menores de 18 anos, segundo relatos dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros, não demonstram interesse em dar continuidade ao trabalho exercido pelos pais no âmbito da agricultura familiar.

Finatto e Salamoni (2008, p. 210) através de análise em estudos semelhantes discorrem que:

Pode-se perceber assim, que no caso analisado há um processo de envelhecimento do campo, pois, mesmo se apresentando significativamente o grupo compreendido entre os 11 e 30 anos, as pessoas desta faixa etária, geralmente, são os filhos de agricultores que, posteriormente, tendem a abandonar a unidade produtiva, principalmente no caso das filhas, que se direcionam para a cidade na busca de empregos e/ou para continuarem seus estudos.

De modo geral, Rosa e Guimarães (2011), apontam o envelhecimento e o êxodo rural dos jovens filhos dos agricultores familiares, o que remete a não sucessão e a falta de garantia da mão de obra familiar para dar continuidade nas atividades desenvolvidas nos sistemas de produção agrícola com base familiar.

Em relação ao estado civil, dos agricultores familiares entrevistados da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste, constatou-se a predominância dos casados (69,23%), sendo que os solteiros corresponderam a 15,38%, união estável 11,54%, os viúvos 3,85% e não houve os separados. Situação semelhante ocorreu no município vizinho de Curvelândia/MT em que a maioria dos pesquisados também eram casados (QUEIROZ et al., 2015).

Na Associação de Hortifrutigranjeiros constatou-se que as agricultoras familiares casadas trabalham com os maridos desde a produção agrícola até a comercialização dos produtos, além do trabalho doméstico realizado por todas as mulheres entrevistadas. Ao que tange o reconhecimento da atuação da mulher do campo, Brumer e Weisheimer (2006, p. 249) afirmam que:

As mulheres que trabalham na agricultura familiar devem ter reconhecido seu trabalho, tanto o que realizam na esfera da produção destinada à comercialização como o que realizam na esfera doméstica. Parte do problema está na cultura entranhada na sociedade, mas existem maneiras de ampliar o reconhecimento das atividades realizadas pelas mulheres. Por um lado, as próprias mulheres podem estimular seus companheiros e filhos de ambos os sexos a partilhar as tarefas domésticas; os governos podem auxiliar neste sentido, através dos meios de comunicação, seja destacando o valor das atividades domésticas seja favorecendo a neutralização de gênero em sua execução.

Na tabela 2 é apresentada a naturalidade dos agricultores familiares que comercializam na Associação de Hortifrutigranjeiros, a constante de 3,85% relativo a origem de nascimento dos agricultores aponta a diversidade cultural.

Além disso, vale mencionar a mobilidade populacional em busca de melhores oportunidades como estratégias territoriais de sobrevivência, as diversas territorialidades, a partir da ocupação de novos espaços como ocorrido na colonização do município de Mirassol D' Oeste, MT, e na luta para permanência populacional na terra, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 2: Distribuição da frequência absoluta e relativa da naturalidade dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT.

Origem de Nascimento	FA	FR (%)
Araputanga/MT	1	3,85
Altônia/PR	1	3,85
Bilac/SP	1	3,85
Cáceres/MT	2	7,69
Cuiabá/MT	1	3,85
Dracenas/SP	1	3,85
Edéia/GO	1	3,85
Estrela D'Oeste/SP	1	3,85
Frutal/MG	1	3,85
Gloria de Dourados/MS	1	3,85
Jales/SP	1	3,85
Junqueirópolis/SP	1	3,85
Marmelópolis/MG	1	3,85
Mirassol D'Oeste/MT	4	15,38
Pereira Barreto/SP	1	3,85
Pirapozinho/SP	1	3,85
São José dos Quatro Marcos/MT	2	7,69
Salto do Céu/MT	1	3,85
Santa Fé do Sul/SP	1	3,85
Serra Talhada/PE	1	3,85
Urania/SP	1	3,85
Total	26	100

Fonte: Dados de pesquisa a campo (2016).

Raffestin (1993) afirma que compreender o espaço é anterior ao território. Pois, este se define a partir do espaço, que é resultado da ação conduzida por um ator que realiza uma ação em qualquer nível ao explorar um determinado espaço, concreto ou abstrato, isto é, o ator social territorializa o espaço.

Constatou-se que a maioria dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros é mato-grossense, seguido pelos de origem paulista, demonstrando a manutenção das origens culturais, trabalhar a terra como forma de manter o vínculo familiar herdado com os pais (Tabela 3). Laraia (2001, p. 24)

discorreu sobre conceito de cultura que corrobora para análise das relações dos agricultores familiares associados no município de Mirassol D' Oeste, MT:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Desse modo, a importância da sucessão familiar vista como uma maneira de manter as tradições agrícolas no meio rural, os agricultores familiares paulistas associados mencionam que se fixaram em áreas ditas não conhecidas para dar um novo início na vida, tinham apenas como princípio de trabalho a agricultura para o autoconsumo.

No que tange o êxodo rural, é apontado como uma das maiores ameaças que impossibilitam o desenvolvimento no campo. A ideia de sucessão familiar, em que gerações familiares reproduzem o hábito para continuidade da vida no meio rural, se distancia da realidade, o que dificulta a sucessão familiar da propriedade rural (ABRAMOVAY et al., 1998).

Tabela 3: Origem dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros de estudo.

Estado	FA	FR (%)
Goiás	1	3,85
Minas Gerais	2	7,69
Mato Grosso do Sul	1	3,85
Mato Grosso	11	42,31
Pernambuco	1	3,85
Paraná	1	3,85
São Paulo	9	34,62
Total	26	100

Fonte: Dados de pesquisa a campo (2016).

Os colonizadores goianos, pernambucanos e paranaenses apresentaram menor expressividade quando comparados aos paulistas, por sua vez, foram a base cultural e histórica na formação do município mato-grossense de Mirassol D'Oeste.

Quanto ao exposto vale destacar que culturalmente a terra é vista aos olhos do pequeno agricultor como um sonho de vida fortemente ligado a família, como foi afirmado pelo senhor J. S. R (45 anos), agricultor da Associação de Hortifrutigranjeiros:

Quando eu vejo a roça, me dá uma saudade da minha infância, me lembro de quando meu pai tirava coragem não sei de onde para trabalhar na terra

embaixo desse sol quente e garantir o sustento de toda família, de forma honesta e digna, isso eu ensino para os meus filhos.

Os sistemas de produção dos agricultores familiares da Associação são considerados os principais meios de subsistência familiar, os espaços produtivos são organizados de acordo com o conhecimento adquirido na experiência de cuidar das hortaliças, as tarefas do campo são divididas entre a família.

As agricultoras familiares associadas ajudam no trabalho agrícola e na comercialização das hortaliças, os filhos auxiliam nos deveres do quintal e fazeres domésticos, os pais além da produção agrícola, comercialização da produção, estes preparam o solo, e, na existência de maquinários agrícolas são os responsáveis.

“O sistema de produção da agricultura familiar combina a posse dos meios de produção e a realização do trabalho” (JUNQUEIRA e LIMA, 2008, p.160).

Quanto ao local de residência, 50% dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros moram na zona rural e 50% na área urbana, estes por último possuem pequenos lotes rurais onde se deslocam para o trabalho no campo, os filhos residem na cidade dos municípios de Mirassol D'Oeste e São José dos Quatro Marcos, MT. Os agricultores realizam “feira” em ambos municípios, pois consideram estes espaços essenciais para garantir a renda econômica para o sustento familiar.

Quanto ao nível de escolaridade dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros, 50% possuem o ensino primário, 19,23% o ensino de educação básica com nível fundamental, 30,77% o ensino médio.

Segundo Souza (2006, p. 26) as políticas públicas são mediadoras para que ações sociais como o acesso à educação sejam oferecidas aos cidadãos brasileiros sejam estes da zona rural que queiram estudar nas cidades, tendo garantia o transporte escolar como direito do aluno do campo.

Silva (2016) ao efetuar estudo semelhante com agricultores familiares do assentamento Mirassolzinho I, no município de Jauru-MT, verificou que 5,83% dos agricultores familiares eram analfabetos e 6,8% semianalfabetos, situação não verificada nos agricultores investigados.

Na visão de Caldart (2008) para que ocorra de fato a redução dos problemas da educação no campo deve ser considerada a territorialidade, valorizando as particularidades existentes de acordo com a realidade espacial e ações dos atores sociais.

Os associados afirmaram, durante a realização do referido estudo, que não tiveram a mesma oportunidade, através de políticas públicas para estudar com todos os benefícios necessários como, por exemplo, a garantia do transporte escolar como direito da criança e do adolescente na zona rural oferecido nos dias atuais. Situação que pode implicar em dificuldades para manusear informações técnicas sobre práticas de manejo para auxiliar na qualidade de seu sistema de produção agrícola (OLIVEIRA et al. 2013).

Além disso, as mulheres tornavam-se donas de casa muito cedo, pois casavam apenas com os dotes de uma boa dona de casa que cuidasse dos afazeres domésticos transmitidos pela mãe.

No entanto, outro dado importante quanto aos associados da feira é referente aos parentes dos agricultores familiares, 61,54% não demonstram interesse em continuar com a comercialização na feira, 34,62% declararam que tem interesse e 3,85% não responderam.

Sobre a sucessão familiar, Mello et al (2003, p. 162) apontam que:

As questões relacionadas à sucessão não parecem objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da maioria das famílias, tanto no que diz respeito à definição sobre quem fica no estabelecimento paterno, quanto à forma de remunerar os irmãos não sucessores, bem como do viés de gênero que parece excluir as filhas da possibilidade de serem sucessoras.

Finatto e Salamoni (2008) mencionam que torna-se necessário proporcionar políticas públicas que possibilitem a elaboração e execução de projetos públicos em esferas institucionais que contemplem a realidade e a viabilização de alternativas que valorizem o jovem agricultor.

Desse modo, faz-se necessário o incentivo de órgãos competentes como instituições de ensino para que haja incentivo principalmente aos jovens. Entretanto, segundo IBGE (2000), na faixa etária de 15 a 24 anos os jovens no país somam 34,1 milhões de pessoas, equivale a 20,1% da população e na zona rural vivem 5,9 milhões de jovens. Castro e Barcellos (2015, p. 554) consideram a relevância das políticas públicas para a juventude, pois:

Observar as políticas públicas com foco na juventude rural permite uma aproximação com o fluxo político das políticas públicas, os objetivos e as estratégias implementadas nesse processo, o feixe de conceitos que vem sendo acionados no âmbito das políticas públicas, os estudos produzidos na área do desenvolvimento rural acerca das condições de vida da juventude no espaço rural brasileiro e os enfoques e opções metodológicas para a formulação e implementação de ações e políticas públicas para a juventude rural.

Assim, constatou-se que 65,38% dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste – MT não exercem outra atividade profissional para o complemento da renda e 34,62% dos agricultores familiares exercem outras atividades profissionais.

Dos agricultores entrevistados que comercializam na Associação de Hortifrutigranjeiros, 76,92% têm entre 1 e 2 filhos, sendo que 15,38% tem entre 3 e 4 filhos e 7,69% dos entrevistados não tem filhos.

As agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros afirmam que as crianças são a esperança para continuidade da cultura existente entre as famílias que vivem da agricultura familiar, uma vez que as mães agricultoras que trabalham na produção agrícola, no caso específico com hortaliças, ainda cedo as levam para o ambiente das atividades agrícolas.

Quanto ao tempo de residência no município, 11,54% dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros sempre residiram no município, 3,85% residem entre 1 a 5 anos, 26,92% entre 11 e 25 anos, 15,38% há mais de 26 anos, e com maior expressividade 42,31% afirmam não morar na cidade de Mirassol D'Oeste, mas na zona rural municipal dos municípios de São José dos Quatro Marcos e Curvelândia, também pertencentes a região sudoeste mato-grossense.

Para os agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros os motivos de mudança para o município de Mirassol D'Oeste – MT foram familiar 38,46%, agricultura 38,46% e trabalho 23,08%.

Na investigação realizada por Wanderley (2004), o meio rural é considerado uma alternativa para garantir autonomia e por gerar o alimento haja vista que o mercado não lhes proporciona o equilíbrio econômico para o sustento familiar.

Já no que tange ao tempo de comercialização de produtos, 38,46% dos entrevistados afirmam comercializar por mais de 10 anos, 15,38% comercializam pela primeira vez, 19,23% comercializam os produtos até 1 ano, 11,54% dos agricultores comercializam na feira de 3 a 5 anos, 15,38% comercializam de 6 a 10 anos.

A feira livre pode ser uma forma interessante para incentivar a produção olerícola, sendo importante estruturar e ampliar a área de comercialização e oferecer outros momentos para a sua realização (TOFANELI et al, 2007, p. 478). Desse

modo, Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 75) enfatizam sobre a função das feiras livres:

[...] constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos.

Aguilar (2004, p.7) sobre a imagem que as feiras livres representam:

Algumas feiras revelam uma imagem simbólica em relação à natureza e mundo rural, que se encaixa no limiar difuso entre o rural e urbano, entre o fim da fase produtiva e início da fase de consumo. Constitui-se assim em “um espaço público que assume diferentes formas de sociabilidade para tornar-se um local de espetáculo da vida urbana”.

Nesse aspecto, as agricultoras familiares que comercializam hortaliças na Associação declaram a ausência de incentivo às mulheres que vendem na feira e apontam desconhecer o PRONAF-MULHER.

Os associados, da Associação, são aquelas pessoas cujo cadastro foi realizado no período da construção do Barracão do local onde atualmente é realizada a feira. Este terreno foi cedido pela prefeitura municipal, uma vez que a antiga feira era numa praça pública, a construção ocorreu em 2009 e foi efetuada pelos próprios agricultores.

Nesse contexto, vale mencionar que em 2016, ano que foi realizada esta pesquisa, o cadastro encontra-se desatualizado e o Estatuto que rege a Associação de Hortifrutigranjeiros, no município de Mirassol D'Oeste-MT, necessita ser regulamentado tendo em vista a ausência de reunião entre os associados para resolver medidas internas legais. Os agricultores familiares mais antigos afirmam que os desafios foram inúmeros até a conquista do terreno.

Farias et al. (2014, p. 8) disseram que “As associações locais foram importantes para que as comunidades conquistassem benefícios relacionados, principalmente com a infraestrutura, tais como energia elétrica”.

A presidente da Associação ressalta a necessidade da realização de projetos internos que possam resultar em benfeitorias aos associados, como infraestrutura física do barracão, fornecimento de energia elétrica e água.

No que concerne à comercialização dos produtos, 57,69% dos agricultores afirmam que realizam a comercialização em feiras de outras cidades para garantir uma melhor rentabilidade, 38,46% dos entrevistados não comercializam em outras feiras livres e 3,85% não opinaram.

Dos agricultores familiares que comercializam na feira livre de outros municípios, 46,67% em São José dos Quatro Marcos, 26,67% em Cáceres, 13,33% em Curvelândia e 13,33% não opinaram.

Na Tabela 4 são apresentados os principais produtos comercializados pelos agricultores familiares, atravessadores e feirantes no ano de 2016.

Tabela 4: Distribuição da frequência absoluta e relativa dos produtos comercializado na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT.

Produtos comercializados	Nº Bancas	Quem vende
Hortaliças	10	Agricultor (a), feirante, atravessadores
Leguminosas	8	Agricultor (a), feirante, atravessadores
Mandioca	5	Agricultor, atravessadores
Frutas	5	Agricultor, atravessadores
Lanches	7	Feirante
Caldo de cana	1	Agricultor
Derivados do leite	2	Feirante
Doces	1	Feirante
Frango caipira e ovos	6	Agricultor (a)
Gueiroba	3	Agricultor
Pães, bolachas	3	Feirante
Raízes medicinais, pomadas e xaropes	1	Feirante
Peixe fresco e carnes	1	Feirante
Brinquedos e roupas	4	Feirante
Açougues (Carnes bovina e suína)	3	Feirante

Fonte: Dados de pesquisa a campo (2016).

Diante o exposto, o relato da mirassolense E. S. M. (31 anos), feirante da Associação de Hortifrutigranjeiros, enfatiza a qualidade dos produtos oferecidos para comercialização na Associação:

Cresci ajudando meus pais na horta, nossas alfaces são limpas, não usamos muito veneno, na época de chuva que fica mais difícil o controle dos bichinhos e perdemos muitas alfaces.

Desse modo, as agricultoras afirmam a importância da qualidade dos produtos, pois, os consumidores são exigentes na escolha, por exemplo, a alface, é observado o aspecto físico/visual da hortaliça, alguns feirantes consideram importante mencionar aos consumidores a origem, informando se utilizam ou não defensivos agrícolas para o convencimento dos fregueses, que afirmam a preferência por comprar na feira as folhosas e leguminosas.

Referente a origem dos produtos da Associação, 3,85% dos entrevistados afirmam que são de hortas de municípios vizinhos, 3,85% de Minas Gerais que trata-se de produtos medicinais, 3,85% de outros estados e 3,85% não responderam, 15,38% de mercados, fazendas, sítios e 69,23% das propriedades particulares dos agricultores familiares da Associação. Nesse aspecto, a prática agrícola sustentável

emerge como alternativa que possibilita a qualidade de vida tanto ao agricultor familiar, quanto para o consumidor que adquire um produto agroecológico.

Corroborando com a análise acima apresentada, Assis (2006, p. 84) afirma:

O estabelecimento de uma política ambiental, focada na agroecologia como ferramenta a auxiliar na implementação de processo de desenvolvimento agrícola sustentável, pode ocorrer por meio de dois tipos de instrumentos. O primeiro é conhecido como incentivo ou instrumento econômico, e se caracteriza por mecanismos de mercado que afetam o cálculo de custos e benefícios do agente econômico em relação ao meio ambiente, influenciando suas decisões. O segundo tipo é composto por mecanismos de regulação direta, também conhecidos como políticas de comando e controle, na medida em que determinam uma intervenção direta sobre a ação ambiental dos agentes econômicos.

Vale ressaltar a importância do incentivo através da aplicabilidade de políticas públicas, com parcerias de órgãos públicos e instituições competentes, para que possam atender as necessidades dos feirantes agricultores através da assistência técnica agrícola diretamente nas propriedades rurais. E neste quesito, entende-se mencionar sobre política pública ao agricultor, enfatizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 2013), que concede crédito e permite o desenvolvimento da agricultura familiar.

Neste sentido, Grisa e Schneider (2015, p. 29) ressaltam a relevância da principal política pública destinada a agricultura familiar no país:

O Pronaf se constituiu na principal política agrícola para a agricultura familiar (tanto em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados) e, historicamente, tem contado com um montante crescente de recursos disponibilizados, atingindo, no Plano Safra da Agricultura familiar 2014/2015, o valor de R\$ 24,1 bilhões de reais.

O PRONAF, criado pela Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, tem como princípio beneficiar agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação, o que facilita a execução das atividades agropecuárias e além disso ajuda na compra de equipamentos modernos contribuindo no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

Vale ainda mencionar umas das importantes estratégias de ação governamental destinada aos pequenos agricultores, como forma de incentivo e fortalecimento, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), com objetivo de consolidar o conjunto da agricultura familiar, de modo que ocorra a promoção do desenvolvimento local sustentável através da valorização humana e da negociação política com

responsáveis da sociedade, permitindo assim que organizações sociais pratiquem os princípios e descentralizem questões internas de interesses, haja prática da democracia, parceria e transparência com responsabilidade.

Atualmente os agricultores familiares da Associação afirmam não ter acesso às políticas públicas, consideram importante e preocupante o fato da Associação estar com a documentação desatualizada. Acreditam que ao organizar estes documentos a possibilidade de uma orientação técnica possibilitará o acesso à políticas públicas como o PRONAF- DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) o que facilitaria o trabalho do grupo.

Quanto às atividades econômicas que complementam a renda familiar dos feirantes da Associação, 65,38% dos entrevistados afirmaram não ter outro trabalho que complemente a renda econômica familiar. Dos que exercem outras atividades prevalece a atividade autônoma, ou seja, diarista (Tabela 5). De acordo com Silva (2016) os agricultores familiares buscam complemento da renda familiar em outras atividades fora de suas propriedades rurais.

Tabela 5: Atividades econômicas que complementam a renda familiar dos feirantes no ano de 2016.

Atividade profissional	FA	FR (%)
Agricultor	1	11,11
Artesanato	1	11,11
Diarista	5	55,56
Do Lar	1	11,11
Serviços Gerais	1	11,11
Total	9	100

Fonte: Dados de pesquisa a campo (2016).

Dos agricultores familiares 50% afirmam receber em média um salário mínimo, através da comercialização na feira, 19,23% atingem a média salarial de 2 a 4 salários mínimos, 19,23% não atingem um salário mínimo, 7,69% dos agricultores estavam pela primeira vez comercializando na feira e 3,85% não responderam.

Em relação à dimensão econômica, o maior objetivo dos associados, Martins (2001) afirma que o desenvolvimento das práticas econômicas desafia a própria sociologia rural e afirma que as próprias populações rurais são vitimadas pelo desenvolvimento econômico excludente.

Observou-se que 76,92% dos agricultores familiares entrevistados não necessitam contratar mão de obra para ajudar na comercialização nos dias de feira livre em Mirassol D'Oeste - MT.

Em relação ao custo de comercialização na Associação de Hortifrutigranjeiros, 61,54% consideram ser razoável, 23,08% custo de

comercialização baixo, 7,69% dos entrevistados afirmam que o custo é alto e 7,69% preferiram não opinar.

O sucesso na comercialização de seus produtos reflete na melhoria de qualidade de vida, proporcionando assim um melhor resultado monetário (MILAGRES, 2014). A comercialização implica que os produtores tenham volume, quantidade e diversidade, como a maioria dos produtores não possuem todos os requisitos, uma estratégia dos agricultores familiares para a comercialização está nas formas associativas, visto que na feira os produtos são vendidos no varejo e em pequenas quantidades.

Relativo ao sistema produtivo, 11,54% dos agricultores familiares investigados afirmam que seus produtos são agroecológicos, 7,69% ser agro industrializados, 3,85% artesanais, 46,15% convencionais e 7,69% extrativistas. Contudo, há 15,38% dos feirantes (associados) que tem pastelaria, considerada um dos atrativos na feira livre, 3,85% a comercialização de produtos da medicina alternativa e 3,85% dedicam-se a panificação.

Entre os entrevistados, 84,62% tem veículo próprio para o transporte dos produtos comercializados na feira livre de Mirassol D'Oeste/MT e 61,54% afirmam que a prefeitura municipal de Mirassol D'Oeste não oferece o apoio necessário para os associados agricultores familiares. Para a coleta dos dados, acima apresentados, considerou-se a diversidade entre os grupos de pessoas que comercializam na Associação: Agricultores familiares, feirantes, atravessadores e vendedores ambulantes (Brinquedos, roupas, pula-pula, peixes em tanque, artesanatos).

Um outro fator existente na Associação, o fato do agricultor associado alugar sua banca comercial a terceiros, que não sejam associados, causa um certo descontentamento para a maioria dos feirantes, que são a priori, agricultores familiares associados.

Segundo relato do secretário municipal de Agricultura do município de Mirassol D'Oeste, a Associação de Hortifrutigranjeiros necessita de uma atenção quanto a sua regulamentação. Pois, o Plano Diretor do Município não atende uma ação no que se refere a Legalidade da Associação de Hortifrutigranjeiros ou mesmo um plano de ação urbano e rural que possa resolver de imediato as peculiaridades existentes.

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano, com o desígnio de assegurar uma relação

equilibrada entre homem e meio ambiente para o crescimento sustentável dos municípios (BRASIL, 2002, p. 40).

Os agricultores familiares afirmam que independente dos problemas existentes na Associação de Hortifrutigranjeiros o trabalho oriundo da agricultura familiar persiste aos desafios, pois, o autoconsumo destas famílias depende diretamente da comercialização realizada na “Feira”. Matos et al. (2009, p. 199), corroborando ao exposto apresentam:

Esses agricultores passaram a desenvolver sistemas de produção orientados para a diversificação produtiva, com vistas a atender às necessidades alimentares do grupo familiar e à comercialização de excedentes, para obter os meios de vida não produzidos diretamente na propriedade.

Por fim, considera-se que para os agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município mato-grossense de Mirassol D’ Oeste, MT, o cotidiano na feira define o modo de sobrevivência, que necessitam desta renda familiar, sendo relevante a diversidade cultural dos atores sociais envolvidos no referido contexto abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguou-se que na Associação de Hortifrutigranjeiros a agricultura familiar é a principal fonte econômica, gerada por meio da comercialização de produtos alimentícios na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D’Oeste - MT.

Há o anseio dos agricultores familiares no incentivo de orientações técnicas para a organização da Associação, de modo que possa consolidar-se e fortalecer os associados e feirantes através da comercialização de seus produtos.

Na referida pesquisa foi diagnosticado a diversidade cultural, social e econômica dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros, considerando a dinâmica entre os agricultores familiares na forma de produzir e comercializar na feira, a relevância social pelos consumidores dos produtos ofertados como tradição local.

No decorrer da pesquisa, foram detectadas algumas divergências no que se refere a legalidade da Associação de Hortifrutigranjeiros com a prefeitura municipal,

para definir estratégias que possibilitem projetos internos que viabilizem melhorias e benefícios aos associados.

Contudo, há necessidade de incentivo através de órgãos competentes na esfera municipal e regional para que estes produtos se tornem agroecológicos e orgânicos, uma vez que os associados consideram importante o incentivo no espaço produtivo, através de auxílio por meio de técnicas agrícolas que sejam sustentáveis em sua área de produção e assim possam oferecer produtos saudáveis na mesa dos consumidores.

Por fim, para futuras pesquisas na referida linha de estudo pode-se sugerir um espaço de diálogo entre os agricultores familiares e grupos de outras associações através de assembleias para viabilizar a troca de experiências e medidas que possam direcionar a organização interna da associação na tentativa de apontar possíveis alternativas para solução de problemas recorrentes no cotidiano dos atores sociais envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT.

À prefeitura municipal de Mirassol D'Oeste - MT, através da Secretaria de Agricultura.

À Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso pela licença profissional para qualificação em nível de mestrado.

Ao projeto CNPQ/MDA/SPM – PR nº 11/2014, intitulado: Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Grande Cáceres – Uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização e a atuação das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (Org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Ed. FAPESP/Annablume, 2004. 246 p.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28 e 29, nº 1, 2 e 3. Jan/dez 1998 e Jan/Ago, 1999.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tec.**, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. (Coord.). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: **Unesco**, 1998, 104 p.

AGUILAR, A. Feira livre: o consumo cultural na prática. **Diário Popular**, Pelotas/RS, 2004, 7 p.

ALMEIDA, D. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Agriculturas**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 25-28, 2004.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan/jun. 2010.

ALTMANN, R. (Coord.). **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002, p.112.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

BARBOSA, R. C.; ASSUNÇÃO, H. H. T.; OLIVEIRA, I. L.; STURZA, J. A. I. Políticas públicas e desenvolvimento rural para agricultura familiar no Brasil: Exemplo do Assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – Mato Grosso. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária nas Contradições do Desenvolvimento Brasileiro **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p.1-20.

BRASIL. **Estatuto da cidade**. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Agregado de setores censitários dos resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. 2013, p.104. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso: 16 de junho de 2016.
- BRASIL, Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2006, resultados preliminares. 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.
- BUAINAIN, M. A.; ROMEIRO, R. A.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.
- CALDART, R. S. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**, Porto Alegre, v.1, n1, p.16-37, jan./mar.2000.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.
- COCHEV, J. S.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA, J. S.; NESPOLI, A.; NEVES, R. J. Sistemas de produção olerícola comercial do município mato-grossense de Alta Floresta, Brasil. **Revista Ra'eGa**, Curitiba, v.32, Dez. 2014, p.240-266.
- DELUQUI, H. B. S., NEVES, S. M. A. S., SEABRA JÚNIOR, S., CARNIELLO, M. A., NEVES, R. J., COCHEV, J. S., Espaços produtivos da mandioca e seus usos em Cáceres-MT. **Campo território**, v. 7, n. 14, p. 1 -22, ago., 2012.
- ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contra movimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. 276p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2011.
- FAO/INCRA. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999, 65p.
- FARIAS, J. L. S.; ARAÚJO, M. R. A.; LIMA, A. R.; ALVES, F. S. F.; OLIVEIRA, L. S.; SOUZA, H. A. Análise socioeconômica de produtores familiares de caprinos e ovinos no semiárido cearense, Brasil. **Arch. Zootec.**, Belo Horizonte, v. 63, n. 241, p. 13-24, 2014.
- FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo, Ed. UNESP; Brasília, NEAD, 2009, 327p.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Editora Buriti, 2001. 660 p.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v. 20, n. 2, p. 199-217, Dez., 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 197p.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83- 109, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDERS, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr/jun. 2007.

GUILHOTO, J. J. M. **PIB da Agricultura Familiar: Brasil Estados**. Brasília, DF: MDA, 2007, 172p.

INCRA/FAO-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999, 65p.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Semina: **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina-PR, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez, 2008.

KREITLOW, J. P. **Diagnóstico do município de Mirassol D'Oeste para fins de planejamento ambiental**. 2015. 85f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) – Pró reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2015.

LARAIA, R. B. **Cultura: uni conceito antropológico**. Roque 14.ed. de Barros Laraia. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, 116p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

MARTINS, J. DE S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./out. 2001.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 4, p.72-87.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos

estratégicos e linhas estruturantes. In: PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. (Org.). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso**. Cuiabá: Central de Texto, 2012. 108p.

MATOS, G. R.; MARIN, J. O. B.; Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga, Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 3, p. 197-206, jul./set., 2009.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura**. São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MELO, P. C.; VILELA, N. J. **A importância da Cadeia Produtiva Brasileira de Hortaliças**. Disponível em <http://www.abhorticultura.com.br/downloads/cadeia_produtiva.pdf> Acesso em: 08 nov. 2016.

MILAGRES, P. R. **Comercialização de produtos hortifrutícolas da agricultura familiar em Maringá: seus avanços e limites**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas). Maringá – PR. 2014

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M.M. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, v. 1, p. 29-31, 2004.

OLIVEIRA, A. G.; OLIVEIRA, V. S.; SANTOS, G. R. A.; FERREIRA, A. C. D.; SANTOS, G. S.; LIMA, E. P. T.; SANTOS SOBRINHO, D. C.; CARVALHO, C. T. G. Diagnóstico socioeconômico da produção leiteira em três assentamentos de reforma agrária no semiárido do Estado de Sergipe. **Revista Semina: Ciências Agrárias**, v. 34, n. 4, p. 1869- 1878. 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. 6 ed. SP.Contexto,1994. 101p.

OLIVEIRA, L. G. (Orgs). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Central de Texto**, 2012. 108p. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/mt20/mt20.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

OLIVEIRA, R. K. P.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA JUNIOR, S.; SILVA, T. P.; NEVES, R. J. Agricultura familiar em assentamentos rurais no município de Cáceres/MT: uma leitura socioeconômica. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-6, 2013b.

PANDOLFO, M. C. O programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 14-17, dez. 2008.

PEREIRA, M. F. Política agrícola brasileira e a pequena produção familiar: heranças históricas e seus efeitos no presente. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 3, p. 287-311, 2010.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: Petersen, P. (Org). **Agricultura familiar camponesa: na construção do futuro**. Rio de Janeiro, ASPTA, 2009. p. 17-31.

- QUEIROZ, N. F. R.; NEVES, S. A. M. S.; JUNIOR, S. S.; MACHADO, S. T. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia (UEM)**, v. 33, p. 184-200, 2015.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J. L. G; NORONHA, A. B; CASTRO, B. S; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S., SILVESTRE, L. H. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes científica**. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.
- ROSA, L. A. B.; GUIMARÃES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana – PR. **Revista Semina: Ciências Agrárias**, v. 3, n. 32, 2011, p. 809-828.
- SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p.99-192, fev., 2003.
- SILVA, L. B. **Realidade socioeconômica, ambiental e do sistema produtivo no assentamento Mirassolzinho I em Jauru/MT e os desafios para efetivação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. 71f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2016.
- SIMÕES, A. C. **Caracterização dos agricultores familiares – agentes multiplicadores em assentamentos rurais da região de Andradina (SP)**. 2006. 73f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia. Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira/SP, 2006.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2002.
- TOFANELLI, M. B. D; FERNANDES, M. S; MARTINS, F. O.B; CARRIJO, N. S. Mercado de hortaliças frescas no município de Mineiros-GO. **Horticultura Brasileira**. Vitória da Conquista-BA, v. 25, n. 3, p. 475-478, jul./set. 2007.
- VARGAS, A. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 4, n. 1, p.133-143, jun., 2010.
- VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-93, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. (Org.). Globalização e desenvolvimento sustentável; dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – **Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp**, 2004. p. 61-74.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, v. 52, 2014, p. 25-43.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento de métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 248.

**A ATUAÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES NA ASSOCIAÇÃO DE
HORTIFRUTIGRANJEIROS DE MIRASSOL D' OESTE/MT, BRASIL**

**THE ACTIVITIES OF FAMILY FARMERS IN THE MIRASSOL D 'OESTE / MT,
BRAZIL HORTIFRUTIGRANJEIROS ASSOCIATION**

[Revista Caderno Espaço Feminino]

RESUMO

Esta pesquisa tem como escopo investigar as formas de atuação das agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros do município de Mirassol D'Oeste - MT. Foram realizados trabalhos de campo na Associação de Hortifrutigranjeiros e nas propriedades das agricultoras que comercializam os produtos na feira. As mulheres da Associação informaram ausência de incentivo técnico para que produzam contribuindo para fortalecê-las enquanto sujeitos no espaço rural e falta de regulamentação dos seus produtos (selo de qualidade) para favorecer a comercialização. Estas trabalham desde a produção até a comercialização dos produtos na feira, colaborando na renda familiar. Há anseio por parte das mulheres de reconhecimento do seu trabalho. Para isso, conclui-se que orientações técnicas por parte dos órgãos e instituições pode beneficiar o desenvolvimento do trabalho desse grupo de mulheres, visando contribuir no empoderamento das trabalhadoras da Associação de hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Gênero, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the ways of action of the family farmer of the Horticulturalists Association in Mirassol D'Oeste - MT. Field research was carried out in the Horticulturalists Association and in the farms' properties that market the products at the street fair. The Association's women reported that there is no technical incentive for them to produce, contributing to strengthening them as subjects in rural areas and regulation of their products (quality seal), to promote marketing. These women work since the production to the commercialization of the products at the fair, collaborating in the family income. There is a desire on their part to act in recognition of their work. For this, it is concluded that technical guidelines by the organs and institutions can benefit the development of the work of this group of women, aiming to contribute to the empowerment of the workers of the Horticulturalists Association in Mirassol D'Oeste.

Keywords: Family agriculture, Gender, Public policies.

INTRODUÇÃO

Scott (1990) expõe que gênero se define a partir do convívio social, considerando as particularidades existentes entre homens e mulheres, fator este que define a autonomia de poder estabelecido numa sociedade, consideravelmente machista. Bourdieu (2002, p. 9) acrescenta que o conceito de gênero:

[...]. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

Brumer e Paulilo (2004) expuseram que na inserção da mulher rural observa-se que as oportunidades relativas a produção agrícola, comercialização e planejamento no campo não são realizados com a mesma atenção, comparando quando um agricultor desenvolve as mesmas atividades no campo, uma vez que geralmente a produção agrícola se destina ao sustento familiar.

Corroborando ao exposto, Ferrante (1982, p. 1) aponta que:

Evidentemente, a participação da mulher na produção e reprodução da força de trabalho, os mecanismos que explicam a absorção e exclusão do contingente feminino no processo produtivo devem ser analisados ao lado de outras transformações ligadas ao processo de acumulação capitalista.

Butto (2006) expôs que os direitos adquiridos pelas mulheres rurais possibilitam o acesso aos benefícios sociais, criando as condições necessárias para se fixarem no campo, conseqüentemente a qualidade de vida se eleva, o que diante de organizações de avaliação sociais, em âmbito internacional e nacional, resulta nos direitos de uma cidadã digna, conquistas consolidadas através de uma árdua luta, ligados a movimentos sociais de mulheres que reflete em toda a sociedade.

Nesse sentido, Allen (2002, p. 29) afirma que “A compreensão de espaço rural é tomada como uma construção social, intimamente ligada ao lugar, em ambos os contextos globais e locais”. A importância do empoderamento das mulheres é enfatizado por Reichmann (2011, p. 8), ao argumentar que:

No campo político, o Brasil elegeu em 2010 a primeira mulher Presidenta da República, Dilma Rousseff, que nomeou nove mulheres ministras e priorizou o empoderamento econômico das mulheres e o enfrentamento à violência baseada no gênero.

Rosseto (2006) acrescenta que as políticas públicas designadas a agricultura familiar possibilitam a sustentabilidade nas propriedades rurais, levando em consideração que seja responsabilidade da mulher garantir o bem-estar social da família.

Quanto ao trabalho da mulher na sociedade, num contexto histórico Neves e Medeiros (2013, p. 6) relatam da seguinte forma:

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda-comercialização, ou seja, na reprodução da vida.

Quirosa e Dias (2006) relatam que o trabalho realizado por mulheres rurais atinge uma jornada média de 16 horas de trabalho produtivo, incluindo atividades domésticas e agrícolas. Heredia (1979, p. 26), numa análise crítica do trabalho da mulher, afirma que:

A concepção do que se define como trabalho permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é casa-roçado. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados.

Além disso, outra problemática em questão é a saída das mulheres do campo para a cidade, uma situação que não se resolve de forma eficiente haja vista a falta de preparo profissional destas mulheres rurais nos centros urbanos. “Mas a desigualdade entre gêneros está ligada ao sistema social num sentido amplo” (BRANDÃO, 1989).

As agricultoras familiares da Associação, bem como outros grupos de mulheres que comercializam seus produtos numa visão patriarcalista, o trabalho é considerado apenas um “auxílio”. A partir desses fatores, a necessidade da valorização econômica é imprescindível visto a longa jornada cumprida, muitas vezes sem ao menos receberem o reconhecimento perante leis e direitos trabalhistas.

Pilar (2006), entende que se torna necessário o incentivo através da inserção das mulheres em tomadas de decisões políticas, em parcerias com associações rurais ou órgãos públicos rurais que demonstrem a importância da autonomia destas mulheres no seu local de origem, apontando a valorização e importância do seu trabalho exercido no campo.

Araújo (2011) ressalta que a essência da política é condicionar aspectos sociais de modo que não haja diferenças de direitos, com visões locais e particulares, característica de um mundo predominantemente patriarcalista.

Nos dias atuais ainda há diferenças explícitas quanto aos direitos concebidos ao homem do campo e que a força do trabalho da mulher do campo ainda é considerada apenas uma “ajuda” e não fator de trabalho, que poderia fortalecer as mulheres e propiciar reconhecimento de seu trabalho na agricultura familiar.

Por fim, esta pesquisa tem como objetivo investigar as formas de atuação das agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D’ Oeste - MT.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

O município de Mirassol D’Oeste totaliza a área de 1.077,08 Km² (Figura 1), distando 329 Km da capital, Cuiabá-MT, cuja população é 25.299 habitantes (IBGE, 2016), o que perfaz uma densidade demográfica de 23,50 hab/km² (BRASIL, 2013), e economia local pautada na atividade agropecuária.

Diante o exposto, vale ressaltar que a delimitação da pesquisa se define na Associação de Hortifrutigranjeiros, onde as atoras sociais são as agricultoras familiares e mulheres feirantes, visando o registro de experiências deste grupo de trabalhadoras a partir do produto oriundo da agricultura familiar e produtos industrializados oferecidos para comercialização na feira no município de Mirassol D’Oeste – MT.

A Associação de Hortifrutigranjeiros historicamente sempre teve forte atuação do trabalho exercido pelas mulheres, visto que acompanham os maridos na feira para a comercialização dos produtos oriundos dos espaços produtivos, desde o início da popular “feira livre” as mulheres são as principais responsáveis pela organização do espaço para comercialização.

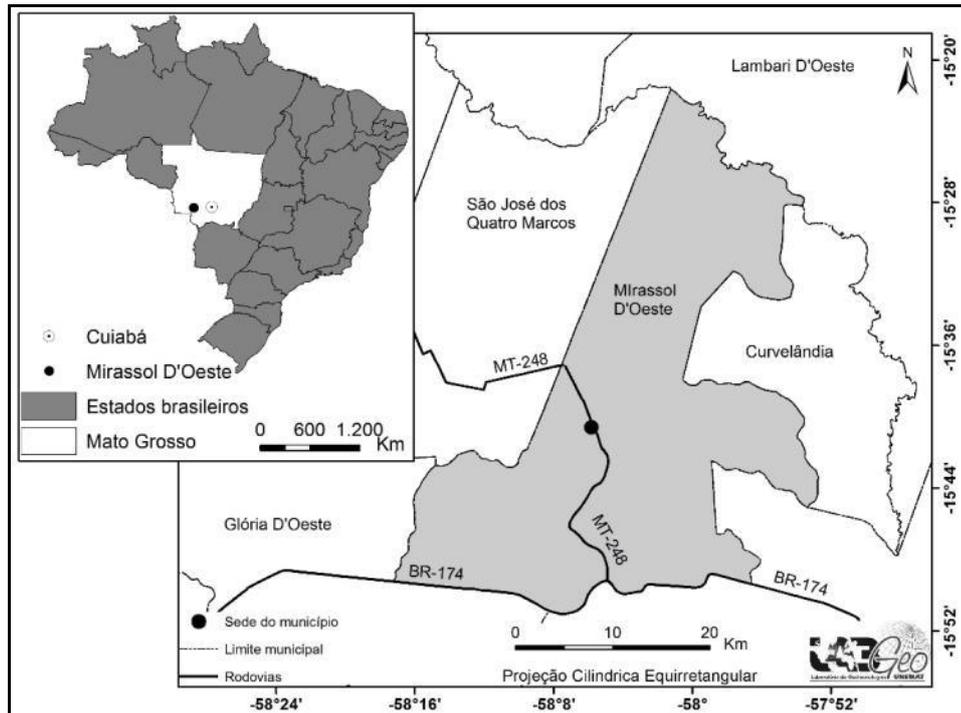


Figura 1: Mirassol D' Oeste – MT, no contexto brasileiro e municipal.
Fonte: LabGeo UNEMAT, 2016.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi realizada no período de abril a julho de 2016 junto às agricultoras familiares, a identificação das associadas da Associação de Hortifrutigranjeiros do município de Mirassol D'Oeste – MT ocorreu através de visitas, cujas mulheres identificadas foram convidadas a participar da pesquisa.

O contato com as mulheres teve duração de quatro meses (dezembro/ 2015 a maio/ 2016) com visitas diretas nas propriedades rurais e residências, nos municípios de Mirassol D' Oeste, Curvelândia e São José dos Quatro Marcos-MT, combinado com as mulheres houve acompanhamento dos afazeres domésticos, com duração de 4 horas diárias, anotações no caderno de campo e registro de imagens.

Com o aceite da associada foi solicitada a adesão ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Esta pesquisa foi submetida à análise no Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) com aprovação para sua execução (Parecer CEP UNEMAT nº 1.449.552/ 2016).

O delineamento utilizado para a realização da pesquisa foi o estudo de caso, que segundo Gil (1999) constitui numa técnica metodológica que se caracteriza pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira que permita o

seu amplo e detalhado conhecimento. Desse modo, foram realizadas entrevistas na feira livre e nas propriedades rurais, dirigidas por roteiro de pesquisa semiestruturado, optou-se pelo método de entrevista semiestruturada, face a face, com auxílio de formulário constituído por perguntas abertas e fechadas e observação participante, utilizando um caderno de campo para as anotações. Adotou-se o método não probabilístico de investigação, entrevistando 7 agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste, estas representam 100% do universo de pesquisa.

Os dados foram tabulados em planilha eletrônica do programa Excel (Microsoft) e posteriormente decompostas em campos e as respostas agrupadas por similaridade para a análise (Frequência Absoluta), interpretação e compreensão em termos percentuais (Frequência Relativa) (OLIVEIRA et al, 2013), possibilitando a geração de tabelas e figuras que auxiliaram nas análises e discussão.

Para a elaboração dos mapas de localização das propriedades foram realizados trabalhos de campo, utilizando o Sistema de Posicionamento Global (GPS) para obtenção das coordenadas geográficas e efetuado o registro fotográfico. A partir dos dados coletados e da espacialização foi possível tecer as análises e as conclusões apresentadas neste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto histórico da agricultura familiar brasileira percebe-se avanços a partir da inserção de ações governamentais direcionadas para definição de políticas públicas que visam atender as demandas de interesses dos agricultores familiares, que ganharam força a partir de diversos manifestos apoiados pelos movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra (MST), o movimento de mulheres e outros movimentos que buscaram um espaço para atender interesses coletivos através de organizações e/ou associações.

Corroborando com a análise acima, Binsztok (2007, p. 40):

As associações, no entanto, não são unidas, o que dificulta a solidariedade dos associados em relação aos problemas que precisam ser enfrentados. Uma das questões mais difíceis de serem equacionadas refere-se às dificuldades que as Associações enfrentam em relação à comercialização dos produtos, notadamente o café, pois são impedidas de realizar legalmente operações comerciais ficando submetidas às exigências impostas pela cadeia monopolista de intermediários.

Ao abordar a agricultura familiar é importante mencionar políticas públicas que possibilitaram discussões e estratégias que possibilitaram o acesso a créditos destinados aos pequenos produtores.

Diante o exposto, Grisa e Schneider (2015, p. 20) enfatizam:

Historicamente a agricultura familiar ou os “os pequenos agricultores” como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura familiar (SAf) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país; e, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

Siliprandi e Cintrão (2015) apontam que o fato dos grupos sociais, enquanto movimentos sociais, impulsionou a criação de políticas públicas voltadas para a população rural, estas ações legitimam o reconhecimento destes grupos organizados junto à sociedade e ao Estado, e, conseqüentemente, impulsionam a agenda pública. Com as mulheres rurais não foi diferente, nos últimos anos houve vários programas que reconheceram grupos de mulheres como agentes de direitos no Brasil.

Quanto ao reconhecimento do trabalho da mulher rural Schneider et al. (2015 p. 574) afirmam:

Na agricultura familiar, além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura (preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, pós-colheita) e também se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte e/ou destinados ao consumo direto da família. Por serem muitas vezes realizadas próximas à casa e concomitantemente a outras tarefas, as atividades agrícolas das mulheres são vistas, em geral, como uma extensão das suas tarefas domésticas ou como uma “ajuda”, não sendo contabilizadas em termos monetários e nem consideradas como “trabalho”.

Neste sentido, as agricultoras familiares entrevistadas da Associação de Hortifrutigranjeiros no município mato-grossense de Mirassol D’Oeste têm como principal fonte de renda e para o autoconsumo as hortaliças que comercializam na popular “feira livre”, sendo que estas mulheres trabalham desde a produção até a venda à população.

A naturalidade de 57,14% das mulheres é de Mirassol D'Oeste, 14,29% de Cáceres, 14,29% de Serra Talhada e 14,29% de Araputanga, todos municípios mato-grossenses. A faixa etária compreende entre 30-50 anos, de 30 a 35 anos equivale a 42,86% das agricultoras, 36 a 40 anos 42,86% e 46 a 50 anos corresponde à 14,29%. Como todas as agricultoras estão em idade produtiva denotam a existência de força de trabalho (SIMÕES, 2006).

As agricultoras familiares expuseram que a disposição de trabalhar no espaço produtivo, sob sol e chuva, com hortaliças vem da necessidade de sobreviver e ajudar os maridos na composição da renda familiar.

A renda familiar de 57,14% das agricultoras atinge um (1) salário mínimo e 42,86% das agricultoras afirmam que a renda mensal chega a atingir de 2-3 salários mínimos. Renda obtida através da produção de hortaliças e a comercialização na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste, MT.

Os maridos das agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros assumem a função de preparar o solo, 71,43% dos entrevistados afirmam que reconhecem se o solo é bom de acordo com a coloração, 14,29% acreditam que o solo necessita de adubação e 14,29% não souberam identificar se o solo é bom para a produção de hortaliças.

O estado civil de 42,86% das mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros é casada, 14,29% são divorciadas, 14,29% com união estável e 28,57% são solteiras.

Pelegri e Martins (2010) entendem que as funções das mulheres, no meio rural, sempre foram vistas na tarefa de cuidar da casa, do marido e reproduzir. Com exceção das mulheres com condição socioeconômica superior que tinham acesso a escrita e a leitura, ao homem cabia a execução de todas as funções.

Os índices estatísticos governamentais apontam que 58,3% correspondia a força do trabalho masculino e, com menor expressividade, a presença do sexo feminino com 41,7% (BRASIL, 2008).

Das agricultoras da Associação de Hortifrutigranjeiros, 85,71% afirmam serem agricultoras familiares e 14,29% do lar e feirante. O grau de escolaridade de 42,86% é ensino fundamental completo, 42,86% as mulheres que não concluíram o ensino fundamental e 14,29% mulheres com ensino médio completo.

Face ao exposto, 71,43% das agricultoras familiares afirmaram não ter realizado curso técnico para qualificação profissional ou aperfeiçoamento e 28,57% tiveram a oportunidade de realizar o curso de panificação.

A decisão dos familiares das agricultoras da Associação, que residiam em outros estados no País, de mudar para o município de Mirassol D'Oeste sem antes conhecê-lo ocorreu por gostarem da pequena cidade “pacata” do interior mato-grossense e, na expectativa de melhorar a condição financeira familiar, através da compra de terrenos nas proximidades da cidade, e assim dar início ao cultivo de hortaliças, como principal fonte de renda.

Na investigação, Santos e Guerreiro (2005) concordam que o aumento da produtividade de agricultores familiares se relaciona ao excedente no trabalho do campo, o excedente desta produção é o que se destina para o abastecimento de mercados e feiras livres, o que gera renda econômica para os agricultores familiares.

Para 71,43% das agricultoras da Associação a principal forma de ajuda no trabalho é nas hortas, a base familiar, com participação dos filhos, irmãos e marido. Assim, vale mencionar que 85,71% das mulheres têm filhos.

Mello et al (2003, p. 19) sobre a sucessão familiar discorrem que:

O processo sucessório na maioria dos casos, pode conduzir a conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão do viés de gênero.

Das entrevistadas, 71,43% disseram que na produção é empregada exclusivamente mão de obra familiar, 14,29% afirmam contratar apenas em necessidade e 14,29% afirmam ter diarista semanal para o auxílio na colheita e armazenamento das hortaliças. Além disso, Ferrante (1982, p. 100), sobre o trabalho da mulher rural, enfatiza algumas questões pertinentes ao não reconhecimento do trabalho exercido:

A mulher, que geralmente trabalha esporadicamente para ajudar o marido no aumento da produção e/ou do salário, não consegue provar, com o seu serviço, a coexistência dos três elementos: dependência do empregador, trabalho não eventual e salário para chegar a ter o estatuto e a qualificação de empregada rural.

Com relação a participação de jovens no espaço produtivo, as agricultoras da Associação de Hortifrutigranjeiros entrevistadas consideram importante o envolvimento dos jovens para que não haja a perda da identidade cultural dos pais. De acordo com Silva (2002) os jovens se ausentam por um período da terra, por

motivos de estudos e trabalho, alguns voltam por não se adaptarem às novas condições fora do meio rural.

Rosa e Guimarães (2011) acrescentam que a falta de lazer é um dos motivadores da redução de jovens no campo, bem como a falta de terras para a produção de alimentos, além da busca de mudança de vida ou até mesmo a oportunidade de estudar fora do local de origem.

Os principais canais de comercialização acessados pelas agricultoras familiares são: a Associação de Hortifrutigranjeiros (28,57%), porta a porta (28,57%), feira de agricultores do município de São José dos Quatro Marcos (28,57%) e atravessadores (14,29%).

Todas as agricultoras familiares afirmam que não realizam cálculos do custo de produção, 42,86% não participam em Associações e/ou cooperativas, 28,57% dizem que participam e 28,57% não declararam.

No entanto, de acordo com dados coletados nas entrevistas com as mulheres, 28,57% das agricultoras familiares associadas reconhecem a importância em participar da Associação, 42,86% não declararam, 28,57% consideram não ser necessário a participação como associadas e 28,57% consideram importante a participação.

De modo geral, os agricultores familiares não reconhecem de fato a importância da consolidação de uma Associação, de modo que possam estabelecer estratégias internas através do acesso via Associação à políticas públicas que favoreçam o fortalecimento do grupo de agricultores familiares. Corroborando com o exposto, Schneider e Grisa (2015, p. 575) discorrem que:

A essas desigualdades de gênero (entre homens e mulheres rurais) somam-se desigualdades sociais referentes às condições específicas das zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, que impactam sobre maneira a vida das mulheres, tais como as carências de infraestrutura e de acesso a políticas públicas.

Ao que remete a políticas públicas destinadas a agricultura familiar, vale mencionar que o governo federal brasileiro, através da Resolução do Conselho Monetário Nacional de n. 2.191, de 24 de agosto de 1995, constituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Para impedir desvios por apropriações dos subsídios por agricultores não familiares, o governo estipulou a obrigatoriedade na identificação dos agricultores familiares.

De acordo com cadernos da Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016, p.7), o PRONAF estipula o seguinte:

[...] o próprio Conselho Nacional de Crédito (CNN) criou a Declaração de Aptidão a Pronaf (DAP). Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2000, essa atribuição passou a ser de competência do MDA. A DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural (UFPR) e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. São beneficiários os: agricultores familiares; pescadores artesanais aquicultores; silvicultores; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Nesse aspecto, 85,71% das agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros afirmaram não ter acesso ao PRONAF, mas 14,29% tiveram acesso no início da implantação da política. No que diz respeito a opinião das agricultoras familiares sobre o Programa, 57,14% afirmaram não conhecer, 14,29% declararam ser um tipo de financiamento, 14,29% relataram ser um crédito a longo prazo para pagar benfeitorias e 14,29% disseram ser um crédito que o governo libera.

Sobre como obtiveram conhecimento do Pronaf, 71,43% afirmam não conhecer, 14,29% através de vizinhos e amigos e 14,29% na Associação. Entretanto, sobre a participação das agricultoras familiares em reuniões que discutam sobre o Pronaf, 57,14% não responderam e 42,86% afirmaram não participar.

Segundo a senhora R. S. (47 anos), sobre atuação na feira enquanto associada:

“Eu penso que nós mulheres podia ser mais unida e lutar pelos nossos direitos enquanto vendedoras aqui na feira, aqui é cada uma por si e Deus por todos, as coisas aqui nunca são resolvidas”.

Corroborando ao exposto, Bruno et al. (2013, p. 217) apresentam alguns desafios quanto ao empoderamento das mulheres rurais:

Organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero.

Todas as agricultoras familiares da Associação têm acesso a assistência técnica nos espaços produtivos, a prefeitura municipal via secretaria de agricultura oferece assistência agrícola, com suas limitações, através de agendamento com 15 dias de antecedência.

As agricultoras familiares da Associação acreditam que o caminho a percorrer para o empoderamento, através da produção e comercialização na Associação, se constitui num projeto que ainda não foi discutido internamente, apesar da presidente ser uma mulher, não houve um direcionamento sobre a possibilidade da organização das agricultoras familiares e demais mulheres que comercializam na feira livre municipal.

Segundo relato da senhora S.B.C (43 anos) na comercialização na feira;

“É importante a nossa participação na comercialização aqui na feira, somos conhecidas na região por causa da venda das alfaces que são sempre bonitas”.

No quadro 1 é apresentada a composição das mulheres que comercializaram na Associação de Hortifrutigranjeiros popularmente conhecida como feira livre, no município de Mirassol D'Oeste-MT, no ano de 2016.

Quadro 1: Composição das mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste - MT, 2016.

Perfil das mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros	
a) Feirantes	Mulheres que comercializam na Associação independente da origem do produto.
b) Agricultoras familiares	Mulheres que comercializam produtos oriundos da agricultura familiar.
c) Feirantes ambulantes	Mulheres que alugam a banca na feira sem recolhimento monetário de taxa fixa mensal.
d) Feirantes associadas	Mulheres que tem vínculo cadastral e pagam a taxa como associada na feira.

Fonte: Pesquisa da autora, 2016. ***Observação:** Todas as agricultoras da feira são associadas.

A produção de hortaliças realizada pelas agricultoras, da Associação de Hortifrutigranjeiros segundo relatos na realização das entrevistas, ocorre no espaço dos quintais de seus lotes rurais.

O que evidencia de acordo com Carniello (2007) que o quintal é um espaço no qual os hábitos, as ideias e a cultura familiar são representados, compondo uma marca pessoal de cada família, o que possibilita às mulheres contribuir efetivamente para o bem-estar de suas famílias, pois a renda obtida reverte em bens materiais para si próprias e membros da família (principalmente filhos e filhas) e suas casas, sendo os benefícios extensivos a toda a família.

Schneider e Niederle (2008, p. 995) versam sobre a relevância do trabalho no sistema produtivo de agricultores familiares:

Nas unidades de produção, o sistema produtivo em geral se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente a satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico (composto pelos membros da família). Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas.

Para Laraia (2001) o conceito de cultura traz uma análise do comportamento social humano e da própria evolução do homem ao avaliar o mundo ao seu entorno e se adaptar de acordo com as próprias necessidades. Assim, ao que remete a vida das agricultoras familiares os valores foram transmitidos dos pais para os filhos.

Algumas agricultoras idosas da Associação expuseram que na época que chegaram na “gleba” Mirassol, no ano de 1990, dentre as dificuldades que vivenciaram para o preparo da terra foram: o difícil acesso à água, adaptação do tipo de semente ao clima local, falta de recurso financeiro e legalização da terra na zona rural.

Desse modo, a senhora agricultora familiar associada F.S.R. (53 anos), enfatiza:

“Menina, quando cheguei aqui no Mirassol só tinha pasto e mais nada era muito difícil de tocar a horta, nossa como a gente sofria por falta da água era tudo mais difícil hoje em dia graças a Deus as coisas estão bem melhor”.

Ao tratar da caracterização ambiental nos espaços produtivos das agricultoras familiares da Associação, no que se refere a coleta de resíduos, 57,14% afirmaram não ter, 28,57% acontece uma vez na semana, 14,29% realizam a prática de queimar os resíduos. A fossa nos quintais é comum, sendo que 71,43% das agricultoras afirmaram fazer a utilização em suas propriedades rurais.

Quanto a outorga para o uso da água as agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros afirmaram não ter o documento. Das agricultoras 57,14% declararam ter Área de Preservação Permanente (APP) e 42,86% não tem APP em suas propriedades rurais. Sobre a importância de conservar o meio ambiente, 85,71% relataram ser a água o principal fator para a conservação e 14,29% não responderam.

O estado de conservação dos espaços produtivos das agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros, de acordo com relatos, 50% declararam estar bom, 25% consideraram regular e 25% afirmam que o estado de conservação na

propriedade rural está ruim. Sendo que, 75% afirmaram não precisar recuperar a área e 25% tiveram a necessidade de recuperar a área na propriedade rural. Quanto a Reserva Legal, 42,86% das entrevistadas afirmaram não ter e 57,14% afirmaram ter em suas propriedades rurais.

Neves et al. (2013) expõem que a atuação das mulheres no sistema produtivo, desde o contexto histórico da evolução humana tem vínculo direto com a agricultura, é essencial na produção da alimentação, bem como na preservação ambiental, o que resulta na garantia da renda familiar através da comercialização, o que por sua vez, pode ser caracterizado como reprodução da vida.

Diante da organização social do modelo econômico capitalista, a participação da mulher foi secundarizada, o que remete uma lógica social relacionada a valores e relações de gênero, numa visão patriarcal a atuação das mulheres se reduz ao reconhecimento social diante o trabalho exercido (doméstico) e considerado não produtivo (SAFFIOTI, 1997).

A senhora D. S., paulista (55 anos) comenta que, mesmo na atualidade, as dificuldades ainda existem, conforme relato:

As coisas hoje em dia estão difíceis, não é fácil mexer com horta, mas antigamente era muito pior, quantas vezes não dava nem de tirar dinheiro para comer.

Portanto, os desafios no cultivo de hortaliças (Figura 2), principal fonte de renda segundo as agricultoras, persistem na atualidade. Elas demonstram interesse em aprimorar as técnicas agrícolas de produção de hortaliças, mesmo que o seu trabalho não receba o merecido reconhecimento, um dos alicerces da agricultura familiar municipal.



Figura 2: Agricultora familiar produtora de hortaliças no município de Mirassol D'Oeste – MT. Fonte: Pesquisa da autora, 2016.

A concorrência comercial de hortaliças, balizada pela oferta e procura, é uma realidade que ocorre entre as associadas ao comercializarem na feira. Os vendedores ambulantes da cidade, denominados “atravessadores”, comercializam produtos mais baratos (folhosas e leguminosas) fora da feira de forma irregular, o que gera uma disputa de mercado de alimentos e pode levar a uma “quebra” do preço estipulado na Associação.

A senhora R. O. A., agricultora associada (43 anos), relata que:

“Não tem como jogar um preço conforme os gastos que se tem na horta, porque as vendedoras ambulantes compram as verduras muitas das vezes da gente mesmo e, ainda vendem mais barato do que a gente oferece na feira, então a gente lá na feira estipula um preço comum para que todos possam comercializar, mas a prefeitura tinha que tomar uma providência porque a gente paga para vender aqui na feira”.

A concorrência no mercado é uma constante. As associadas acreditam que se a prefeitura municipal de Mirassol D’Oeste, MT tomasse as medidas legais boa parte desse problema seria resolvido e não prejudicaria o comércio de hortaliças, na Associação de Hortifrutigranjeiros.

Diante disso, Bruno et al. (2013, p. 220) apontam alguns desafios pertinentes ao trabalho exercido pelas mulheres, através da comercialização de seus produtos oriundos da agricultura familiar.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos grupos produtivos de mulheres rurais. Entre as mais frequentes figuram a precariedade da infraestrutura, problemas com escoamento da produção e acesso a mercados, necessidade de máquinas e instrumentos adequados à produção, dificuldade de acesso a crédito e recursos e necessidade de capacitação condizente com as da produção e do mercado.

Destaca-se que algumas agricultoras da Associação residem nos municípios de Curvelândia e São José dos Quatro Marcos e comercializam nas feiras municipais destas cidades.

Algumas mulheres da Associação possuem um certo grau de parentesco, o que influenciou na decisão de algumas agricultoras iniciarem a comercialização na “feira livre”. Algumas mencionaram que gostam de comercializar na feira pelo gosto de trabalhar nesse espaço, por ser considerado para estas mulheres como um ambiente familiar.

Além disso, as mulheres que comercializam na Associação de Hortifrutigranjeiros (Feira) não estão organizadas politicamente enquanto “grupo de mulheres”.

Sendo assim, a exemplo de outros grupos coletivos de mulheres de outras associações que discutem a questão de gênero através de encontros, que resultam em tomadas de decisões para o fortalecimento e empoderamento destas em seu espaço de comercialização ou até mesmo no espaço produtivo na condição de associadas, na oferta dos produtos para comercialização.

Brumer (2004) ressalta que a participação das trabalhadoras rurais em massa, isto é um determinado grupo organizado com interesses comuns e não apenas com efeito simbólico, através de sindicatos e central de trabalhadores, denotam de fato que as trabalhadoras necessariamente devem ocupar um espaço político para a organização de interesses e a mobilização através de estratégias como forma de garantir o empoderamento e a conquista de seus direitos.

As agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste-MT, acrescentam ainda que nunca houve incentivo e reconhecimento quanto à participação delas como pequenas empreendedoras no âmbito da Associação.

A presidenta da associação, não eleita há cinco anos, está à frente das tomadas de decisão desde a chamada “feirinha na praça da rodoviária”, no que tange o funcionamento da Associação (Figura 3), a mesma informa que no ano de 2016, até o momento da entrevista, não existe na Associação problemas na arrecadação da taxa mensal entre os associados.

O principal problema relatado pela presidenta da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste-MT é a falta de recursos públicos para ampliação e melhorias na infraestrutura da Associação, apontando ainda que deve ocorrer em 2017 uma nova eleição para um (a) novo (a) presidente (a) da Associação.



Figura 3: Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste – MT.
Fonte: Pesquisa da autora, 2016.

Para Mato Grosso (2013) a gestão pública nas esferas municipal e estadual, principalmente, no diz respeito à implantação de políticas públicas atribui o valor aos grupos da agricultura familiar que lutam para garantir o autoconsumo, frente a total valorização que a monocultura de grãos destinado à exportação, recebe no atual mercado econômico.

Assim, vale mencionar a necessidade de assistência técnica especializada e aplicabilidade de uso de tecnologias no campo para aqueles que abastecem supermercados e feiras livres com alimentos da agricultura convencional.

As questões relativas à manutenção da exclusão feminina na sucessão na propriedade familiar também são particularmente pertinentes para uma discussão elaborada. Dessa forma, é preciso analisar como a valorização da escolarização e o acesso a profissões não agrícolas acentuam a tendência à exclusão feminina da atividade agrícola.

Ao mesmo tempo, formas de questionamento desta exclusão por mulheres agricultoras são ainda pouco visíveis, abrindo uma agenda de pesquisa sobre suas modalidades e significados (BRUMER, 2008). A figura 4 apresenta a localização das hortas que abastecem os supermercados, feira livre através de produtos comercializados pelas agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros em Mirassol D' Oeste, MT, 2016.

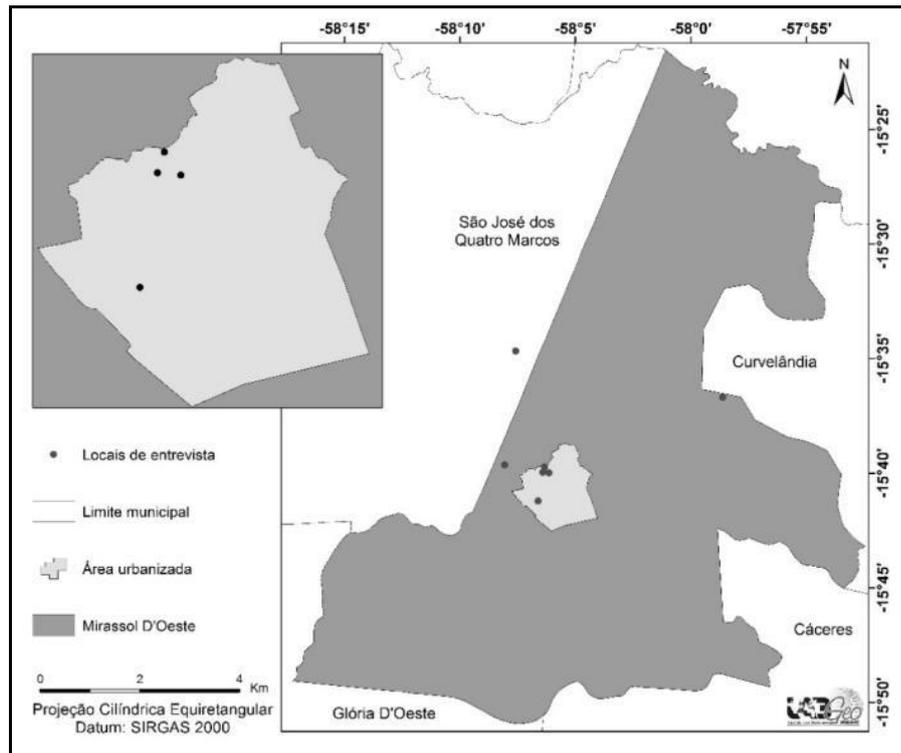


Figura 4: Localização das principais hortas das agricultoras familiares entrevistadas da Associação de Hortifrutigranjeiros, no ano de 2016. **Fonte:** LabGeo UNEMAT, 2016.

As mulheres agricultoras familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros não se reúnem atualmente para tomada de decisão de interesse do grupo de associadas no intuito do fortalecimento da agricultura familiar, o que possivelmente tem implicado na falta de esclarecimento sobre o acesso à políticas públicas que possam contribuir no empoderamento do grupo.

Diante disso, 72,22% das agricultoras da Associação de Hortifrutigranjeiros disseram desconhecer o crédito Pronaf-Mulher e tem interesse em conhecer o acesso ao crédito destinado para mulheres do campo.

Entretanto, ao mesmo tempo mencionam a necessidade de consultar os maridos antes de qualquer tomada de decisão, ao que se refere às unidades produtivas e o que remete tradicionalmente na relação homem e mulher do campo que, a palavra final é a do homem nas tomadas de decisões, principalmente, ao que se refere a investimento no espaço produtivo.

Nesse sentido, 38,89% das agricultoras entrevistadas afirmam não ter conhecimento do acesso ao Programa Nacional da Agricultura familiar destinado o acesso a Mulher (PRONAF-MULHER).

Portanto, essas mulheres declaram que a discriminação do reconhecimento do trabalho desempenhado por estas é visível no coletivo de associados e feirantes

homens, uma vez que nunca houve o incentivo ao grupo de mulheres que abastecem a associação através da produção agrícola oriunda da agricultura familiar, para que pudessem fortalecer a autonomia destas na Associação de Hortifrutigranjeiros no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste.

Butto (2011, p. 12), diante o exposto afirma o seguinte:

Apesar do arrefecimento da migração feminina, as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres camponesas. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento.

Os homens que integram a Associação de Hortifrutigranjeiros no cotidiano se posicionam de forma machista na concepção da presidenta da Associação. Ela relatou que é difícil administrar, pois ouviu comentários feitos por estes que ferem enquanto pessoa e, principalmente, enquanto mulher.

Por fim, nas últimas décadas na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste – MT, as mulheres associadas que se denominam agricultoras familiares “veteranas” afirmam a importância de trabalhar no campo, tendo em vista o papel desempenhado na produção de hortaliças na contribuição da renda familiar e na comercialização na feira com a oferta de seus produtos.

Considerações finais

As mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros são atoras sociais que definem o modo de vida a partir da relação direta com o trabalho. O que pode ser detectado, sob o viés da pesquisa realizada, que estas necessitam de incentivo para que de fato possam sentir o empoderamento através da atividade que exercem.

As mulheres mais experientes repassam para filhas e sobrinhas seus conhecimentos, deixando a marca da agricultura familiar desde as origens identitárias destas mulheres.

As mulheres mais experientes da Associação demonstram satisfação e preocupação, pois, percebem que os jovens não demonstram interesse em dar continuidade no trabalho exercido na feira.

O grupo de mulheres da Associação de Hortifrutigranjeiros destacam a importância da organização para ampliação do acesso as políticas públicas que beneficiem a agricultura familiar, as políticas de gênero e incentivo à produção agroecológica.

No referido estudo constatou-se que há necessidade de definição de estratégias que auxiliem na regulamentação da Associação de Hortifrutigranjeiros e orientação técnica às agricultoras familiares, abrangendo o espaço produtivo até a oferta dos produtos a serem comercializados na Associação de Hortifrutigranjeiros no município.

Agradecimentos

Às agricultoras familiares e mulheres feirantes da Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D' Oeste - MT. À prefeitura municipal de Mirassol D' Oeste - MT por meio da Secretaria de agricultura. À Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso pela licença profissional para qualificação em nível de mestrado. Ao projeto CNPQ/MDA/SPM – PR N° 11/2014, intitulado: Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Grande Cáceres - Uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização e a atuação das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tec.**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 132-152, 1998.
- ARAÚJO, C. As Mulheres e o Poder Político – Desafios para a Democracia nas próximas décadas. BASTERD, L. L.; PITANGUY, J (Orgs). In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p.
- BARBOSA, C. R.; ASSUNÇÃO, T. H. H.; OLIVEIRA, L. I.; STURZA, I. A. Políticas públicas e desenvolvimento rural para agricultura familiar no Brasil: exemplo do assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis - MT. **Anais... XXI Encontro nacional de geografia agrária: Territórios em disputa-Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia-MG. Universidade federal de Uberlândia, out. 2012. p. 1-20.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 160p.
- BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e relações Étnico-raciais**. Livro de Conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.
- BRASIL. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Agregado de setores censitários dos resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- BRASIL. **Plano Nacional de Política para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013. 114p.
- BRASIL. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013, 114p.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004, p.205-27.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera.**, Presidente Prudente, v.11, n. 12, Jun., 2008, p. 6-17.
- BRUMER, A.; PAULILO, M. I. Dossiê: As agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, v.12, n.1, jan./abr.,2004, p. 171-174.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BUTTO, A.; Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: **Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural: Autonomia e cidadania** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 192.

DIAZ, E.; QUIROGA, M. C. Situação da mulher rural na Argentina – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação da Nação. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.260.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: PEÇANHA, D.; MEDEIROS, L. (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Brasília: MPA, 2013, p.237- 256.

FERRANTE, V. L. S. B. A situação legal e real da mulher trabalhadora no campo. Ed. Perspectivas. São Paulo. v.5, 1982, p. 97-114.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 197.

GUANZIROLI, E. C. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun. 2007.

HEREDIA, B. M. A. A morada da vida: famílias de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1979.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revis. Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 1-28, Jan./Jun. 2006.

<http://www.mirassoldoeste.mt.gov./Historia-do-municipio/> Acesso: jul.,2016.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina-PR, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KARAM, F. K. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos feministas**, Florianópolis. v. 12. n. 1, p. 303-320, Jan-abr, 2004.

BARROS L. R. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.110p.

MACIAZEKI, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis-SC, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320p.

MARINHO, A. D. S.; ESMERALDO, G. S. L.; ROSENO, A. M. S.; ABRANTES, K. K. J.; OLIVEIRA, C. M. G. A contribuição da mulher na sustentabilidade da Agricultura

Familiar presente no Assentamento Nova Amizade de São Bento em Quixeramobim-CE. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 1-4, dez, 2011.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. In: PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. (Orgs). **Plano de longo prazo de Mato Grosso**. Cuiabá/MT: Central de Texto, v. IV, 2012. 108p. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/mt20/mt20.htm>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura**. São Paulo, n. 50, v. 1, 2003, p. 11-24.

MENDES, M. F., NEVES, S. M. A. S., Silva, J. S. V., NEVES, R. J.; SILVA, T. P. Perfil dos agricultores familiares extrativistas da região sudoeste mato-grossense, pertencente à bacia do Alto Paraguai – Brasil. **Revista Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, p. 94-109.

MENDES, M. F.; NEVES, S. A. M. S.; NEVES, J. R. A experiência das mulheres extrativistas do assentamento Margarida Alves em Mirassol D'Oeste/MT. **Geografia em questão**. v.07. n. 01, 2014, p.34-49.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas trabalho produtivo e engajamento políticos**. Niterói-RJ. Alternativa, 2013, p. 431.

OLIVEIRA, A. G., OLIVEIRA, V. S., SANTOS, G. R. A., FERREIRA, A. C. D., SANTOS, G. S.; LIMA, E. P. T., SANTOS, S.; D. C.; CARVALHO, C. T. G. Diagnóstico socioeconômico da produção leiteira em três assentamentos de reforma agrária no semiárido do Estado de Sergipe. **Revista Semina: Ciências Agrárias**, v. 34, n. 4, 2013, p. 1869-1878.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

PILAR, E. R. Pesquisa sobre a situação das mulheres rurais e as políticas públicas: o caso do Chile. Escritório de Estudos e Políticas Agrárias. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 260.

PINEYRUA, D. G. F. **Regionalismo Alimentar: Identificação de grupos de consumidores que valorizam o prazer e as tradições alimentares**. 117f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Departamento de Economia e Administração, Programa de Pós-Graduação Multiinstitucional em Agronegócios. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REICHMANN, E. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p.436.

ROSA, L. A. B.; GUIMARÃES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana – PR. **Revista Semina: Ciências Agrárias**, v. 32, n.3, p. 809-828.

SAFFIOTI, H.O. **Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** In: *Crítica marxista*, São Paulo: Boitempo, v.1, n. 11. 2000, p. 71-75.

SANTOS, M. J. e GUERREIRO, E. Produtividade do trabalho e da terra na agropecuária paranaense. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 59-78, dez. 2005.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v, 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. M.; GOMES, F. S. N. Dossiê: Políticas e Práticas entre Mulheres Rurais. Na busca de autonomia e igualdade. **Revista antropológicas**, ano 16, v. 23, n. 1, 2012.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009. 291 f.

SILVA, M. A.; NEVES, R. J. Políticas públicas para a agricultura familiar na região Sudoeste mato-grossense. **Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 125-135, July-Dec., 2014.

SILVA, V. Jovens de um rural brasileiro: Socialização, educação e assistência. *Cad. Cedes*, Campinas-SP, v. 22, n.57, ago., 2002, p. 97-115.

SIMÕES, A. C. **Caracterização dos agricultores familiares – agentes multiplicadores – em assentamentos rurais da região de Andradina (SP)**. 2006. 73f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira/SP, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Comp.). **Uma nueva ruralidade en América Latina? Buenos Aires**: CLACSO, 2001. p. 31-44. (Colección Grupos de Trabajo de CLACSO).

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Constatou-se que a atuação dos agricultores familiares na Associação de Hortifrutigranjeiros no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste, inserido na região sudoeste, contribui na alimentação da sociedade mirassolense através dos produtos oriundos da agricultura familiar.

A base socioeconômica dos agricultores familiares da Associação de Hortifrutigranjeiros é a agricultura familiar, cuja atuação das mulheres é na comercialização dos produtos oriundos de seus espaços produtivos, com ênfase a produção de hortaliças, uma tradição local que ocorre há mais de duas décadas.

Apesar de possuírem infraestrutura para a comercialização dos produtos, o acesso às políticas públicas, pelos agricultores familiares associados, é considerado deficitário e burocrático. O fato da Associação não estar regulamentada dificulta o acesso, uma questão preocupante para todos os agricultores familiares associados.

A Associação de Hortifrutigranjeiros têm forte atuação de agricultoras familiares, mas necessitam de orientação e organização para que o trabalho desempenhado por estas mulheres seja reconhecido de forma igualitária. O que ocorre em outros grupos de mulheres na região sudoeste mato-grossense, como exemplo, o grupo de mulheres do assentamento Margarida Alves, filiadas à Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP).

A investigação da comercialização na Associação de Hortifrutigranjeiros no município de Mirassol D'Oeste/MT, demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer, visando a incorporação dos produtos originários da agricultura familiar, pois verificou-se que isso depende da organização interna entre os associados de modo que ocorra a viabilidade para inserção de seus produtos na cadeia comercial, através da oferta de produtos alternativos, como os orgânicos e agroecológicos.

Por fim, a oferta e a procura de alimentos saudáveis como orgânicos e/ou agroecológicos têm se tornado uma exigência dos consumidores que frequentam a Associação de Hortifrutigranjeiros. É necessário um conjunto de ações articuladas que vise contribuir com o desenvolvimento dos agricultores familiares que tem como principal fonte de renda econômica a comercialização de seus produtos na "feira livre".

ANEXO I – Normas de submissão do primeiro artigo

Revista Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise (ISSN 2177-2738)

A Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise é um periódico em meio digital, com periodicidade quadrimestral, mantido pelo Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. RA'E GA é um termo de composição simples e de origem tupi-guarani e kaingáng, cujos significados são "descobrir" (RA'E tupi-guarani) e "Terra" (GA kaingáng), daí o subtítulo O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE. A escolha deste nome é uma homenagem que rendemos à história e cultura dos índios tupi-guaranis e kaingáangs, duas nações indígenas que ocuparam, por muito tempo, uma extensa porção do Paraná e cuja população manteve uma harmoniosa relação com seu espaço e com seu ambiente.

Normas para o envio

I - Orientação Geral

1. A Revista RA' E GA publica trabalhos de pesquisa inéditos na forma de artigos científicos relacionados à análise do espaço geográfico, em todas as suas vertentes.
2. O artigo deve ser submetido por meio do sistema eletrônico SER.
3. O artigo deve ser **inédito**.
4. O artigo **não** pode ter sido submetido para publicação em outra revista.
5. Os artigos poderão ser apresentados nos idiomas: português, inglês e espanhol.
6. O trabalho deverá conter, no mínimo, 50% das suas referências bibliográficas advindas de artigos científicos publicados em periódicos. Casos excepcionais poderão ser justificados.
7. Não serão publicados dois ou mais artigos de um mesmo autor (es) em um mesmo número da revista, mesmo em co-autoria.
8. O artigo deve ter entre 15 e 30 páginas digitadas, incluindo figuras, tabelas e referências.
9. O arquivo do artigo submetido não pode ultrapassar 10mb (megabytes). Casos excepcionais poderão ser justificados.
10. Não serão aceitos documentos suplementares além do arquivo principal do artigo.
11. O conteúdo do artigo é de inteira responsabilidade dos autores.
12. Devem ser indicadas, se for o caso e na primeira página, as fontes de financiamento relacionadas ao trabalho.
13. O texto deve apresentar linguagem científica, impessoal, não podendo ser redigido em 1ª pessoa.
14. Recomenda-se que o(s) autor(es) busque(m) assessoria linguística profissional (revisores e/ou tradutores certificados em língua portuguesa e inglesa) antes de submeter(em) originais que possam conter incorreções e/ou inadequações morfológicas, sintáticas, idiomáticas ou de estilo. Originais identificados com incorreções e/ou inadequações morfológicas ou sintáticas serão devolvidos antes mesmo de serem submetidos à avaliação quanto ao mérito do trabalho e à conveniência de sua publicação.
15. O artigo será submetido à apreciação do Conselho Consultivo da Revista (revisão e aprovação por pares), que acatará ou não a publicação. Cada artigo será enviado para dois revisores de reconhecida competência na temática abordada. Em caso de desacordo, o original será enviado para uma terceira avaliação. O processo de avaliação por pares é um procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores, por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do artigo submetido. A decisão final sobre a publicação ou não do manuscrito é sempre dos editores, aos quais é reservado o direito de efetuar os ajustes que julgarem necessários. Na detecção de problemas de redação, o manuscrito será devolvido aos autores para as alterações devidas. O trabalho reformulado deve retornar no prazo máximo determinado na comunicação entre editor e autor.
16. Após a aprovação do trabalho, o Conselho Editorial da Revista entrará em contato com os autores, solicitando as informações completas sobre a formação, a instituição de origem, cidade, estado, país e e-mails de todos os autores.

II - Conflito de interesse

No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor ad hoc.

III - Formatação do texto

1. O texto deve ser digitado utilizando-se o programa MICROSOFT WORD FOR WINDOWS.

2. A configuração da página deve ser A4 com margens de 3 cm (superior, inferior, direita e esquerda).
3. Utilizar letra Arial, corpo 12, espaçamento entre linhas de 1,5. Indicação padrão para parágrafo (tabulação) ou recuo da primeira linha de 1,25cm.

IV - Organização do texto

1. O artigo deverá conter, na primeira página, apenas o título (português e inglês) e na segunda página deverá constar o resumo e o *abstract*, com 200 a 250 palavras, espaçamento simples em parágrafo único, ambos precedidos de 3 a 5 palavras-chave separadas por ponto e vírgula.

As palavras-chave não devem ser as mesmas presentes no título do artigo.

O Resumo deve sintetizar o trabalho e nele devem constar o objetivo e a conclusão.

Os nomes dos autores e qualquer outra possibilidade de identificação da autoria não devem fazer parte do arquivo submetido.

2. O artigo deve possuir a seguinte estrutura:

- Introdução
- Materiais e Métodos
- Resultados e Discussão
- Conclusão ou Considerações Finais
- Referências

Outras seções e subseções serão aceitas, no entanto, as seções acima possuem caráter obrigatório. A Introdução deve apresentar: a contextualização, a justificativa, bem como os objetivos da pesquisa.

3. Citações devem estar de acordo com os seguintes exemplos:

a) referências chamadas no texto: (SANTOS, 1995, p.90)

b) referências inseridas na frase: segundo Santos (1995, p.08).

c) identificar por letras caso um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano: (SANTOS, 1995a, p.06).

d) citações textuais de menos de cinco linhas devem aparecer no decorrer do texto, na mesma letra e entre aspas, as de mais de cinco linhas devem ser digitadas com recuo na margem esquerda de 6cm, sem aspas nem itálicos e em letra Arial, tamanho 9.

3. Referências devem estar de acordo com os seguintes exemplos:

a) livro: SOBRENOME, Iniciais dos nomes (do (s) autor (es) do livro). Título do livro (em negrito). Cidade da edição: Editora, ano da edição.

b) capítulo de livro: SOBRENOME, Iniciais dos nomes (do (s) autor (es) do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Iniciais dos nomes (Ed., Org., Comp.). Título do livro (em negrito). Cidade da edição: Editora, ano. Número do capítulo, p. página inicial - página final do capítulo.

c) artigos de periódicos/revistas: SOBRENOME, Iniciais do nome (de todos os autores). Título do artigo. Nome do periódico (em negrito), Cidade da publicação, número do volume, número do fascículo, p. página inicial - página final, ano.

d) trabalhos acadêmicos: SOBRENOME, Iniciais dos nomes (do autor). Título do trabalho acadêmico (em negrito). Data de publicação. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/ em ...) - Departamento, Universidade, cidade da defesa.

e) trabalhos em eventos: SOBRENOME, Iniciais dos nomes (do (s) autor (es)). Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, número do evento, ano de realização, cidade: Editora, data, página inicial-final.

f) artigos de periódicos online: SOBRENOME, Iniciais dos nomes (do (s) autor (es)). Título do trabalho. Local: Editora, data. Disponível em: (fonte). Acesso em: data (dia, mês, ano).

ANEXO II – Normas de submissão do Segundo Artigo

Núcleo de estudos de gênero - *Caderno espaço feminino* (ONLINE - ISSN 1981-3082)

O Caderno Espaço Feminino é uma revista multidisciplinar que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabilizará pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica. Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do (a) autor (a). Ao aceitarmos artigos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). As colaborações a serem publicadas na Revista Caderno Espaço Feminino poderão ter os seguintes formatos:

a) Artigos originais que apresentem contribuição inteiramente nova ao conhecimento e que estejam relacionados com trabalhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e em inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c)- Resenhas devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

d)- Biografias

e)- Entrevistas Ao preencher os dados pessoais no cadastro, o(a/s) autor(es/as) deverá (ão) apresentar as seguintes informações:

a) título de trabalho;

b) nome completo do (a)(s) autor(a)(es/as);

c) titulação acadêmica máxima;

d) instituição onde trabalha (m) e a atividade exercida na mesma;

e) endereço completo para correspondência;

f) telefone para contato;

g) endereço eletrônico, se for o caso;

h) apontar (caso julgue necessário) a origem do trabalho, a vinculação a outros projetos, a obtenção de auxílio para a realização do projeto e quaisquer outros dados relativos à produção do mesmo.

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor(a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em autorização para a publicação do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista Caderno Espaço Feminino compromete-se a informar os autores (as) sobre a publicação ou não de seus textos.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".

2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)

3. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

4. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.

5. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação por Pares Cega](#).



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3211 2840 ou pelo e-mail: cep@unemat.br.

Título do projeto: **Protagonismo das agricultoras familiares em Mirassol D'Oeste-MT, Brasil**, do pesquisador responsável Hellen Simone Tortorelli, Rua 9A, 271 N Jardim do Lago, Tangará da Serra - MT. (65) 9. 9686.2433. Sua participação ocorrerá através de questionários estruturados com objetivo de verificar a percepção do produtor perante a utilização de inimigos naturais em sua prática agrícola. A pesquisa pode expor aos seguintes danos: constrangimento com alguma pergunta realizada, alterações no humor quando mencionado algum tema que possibilite alguma lembrança dolorosa. Você poderá deixar de responder perguntas que julgar ou manifestar conflitos de qualquer espécie sem prejuízos.

Diante de quaisquer riscos, ou danos morais, previstos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, será comunicado o fato imediatamente ao sistema CEP/CONEP, com avaliação de caráter emergencial, em caso de adequação até a suspensão do estudo.

Portanto você é livre a qualquer momento da entrevista a se manifestar em caso de desistência ou negar a responder a qualquer pergunta que o cause constrangimento, conforme previsto na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, portanto ficará livre a escolha o tempo disponível a responder o questionário aqui breve mencionado. Sua participação não trará benefícios pertinentes a você, porém vão sinalizar as instituições o conhecimento que os alunos possuem sobre a profissão ao ingressar e como eles saem dela para a área de trabalho após receberem os conhecimentos da graduação.

Tangará da Serra – MT, ___ de _____ de 2016.

Nome: Hellen Simone Tortorelli.

Endereço: Rua 9A, Nº 271N, Bairro Jardim Tanaka, Tangará da Serra/MT.

RG: 1629201-4 SSP/MT.

Assinatura do sujeito ou responsável

Responsável pela Pesquisa

Apêndice I. Roteiro de campo: formulário socioeconômico dos envolvidos



Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário de Cáceres – MT
Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Meio Ambiente e
Sistemas de Produção Agrícola- PPGASP
Laboratório de Geotecnologias – LABGEO



CARACTERIZAÇÃO SÓCIO, ECONÔMICO E AMBIENTAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DAS AGRICULTORAS QUE COMERCIALIZAM NA FEIRA DE MIRASSOL D' OESTE-MT

Mestranda: Hellen Simone Tortorelli

Orientador: Prof. DSc. Ronaldo José Neves

Co-orientadora: D.Sc. Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin

FORMULÁRIO: _____

Formulário sócio, econômico e ambiental	
I – Localização	
➤ N° do ponto:	_____ Lat: _____ Long: _____
➤ N° fotos:	_____
➤ Observações:	_____
Lado direito:	_____
Lado esquerdo:	_____
<u>Croqui da propriedade (área total e produtiva)</u>	

II – Dados pessoais		
1. Nome do entrevistado: _____		
2. Chefe da família? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. 3. Naturalidade: _____ 4. Em que ano chegou aqui? _____ 5. Idade: _____ 6. Aposentado? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.		
7. Profissão atual: _____		
8. Profissão anterior: _____		
9. Escolaridade:		
<input type="checkbox"/> Ensino fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	
<input type="checkbox"/> Ensino médio Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	
10. Tem algum curso técnico e/ou outros: _____		
11. Tipo de propriedade: Própria <input type="checkbox"/> Arrendada <input type="checkbox"/> Posse <input type="checkbox"/> Cedência <input type="checkbox"/> Ocupação <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>		
Qual? _____		
12. Local da propriedade: <input type="checkbox"/> Área urbana. <input type="checkbox"/> Área rural. <input type="checkbox"/> Área periurbana.		
13. Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro. <input type="checkbox"/> Casado. <input type="checkbox"/> Divorciado. <input type="checkbox"/> Juntado. <input type="checkbox"/> Viúvo.		
14. Quando em relacionamento: Idade: _____ 15. Aposentado? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.		
16. Escolaridade? _____ 17. Profissão atual: _____		
18. Tem filhos: <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. 19. Quantos? _____		
20. Trabalham na propriedade? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. 21. Se SIM, quantos? _____		
22. Se NÃO, são/trabalham <input type="checkbox"/> Autônomo. <input type="checkbox"/> Órgão público. <input type="checkbox"/> Privado. <input type="checkbox"/> Aposentado. <input type="checkbox"/> Agricultor. <input type="checkbox"/> Criança.		
23. Caso haja filhos, especificar abaixo a idade e o grau de escolaridade:		
Idade	Sexo (M, F)	Grau de escolaridade
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> Legenda: (A) Ensino fundamental Completo (B) Incompleto (C) Ensino médio Completo (D) Incompleto (E) Ensino Superior Completo (F) Incompleto </div>		
24. Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)? _____		
25. Quantos trabalham na propriedade? _____		
26. A mão de obra é <input type="checkbox"/> Contratada, <input type="checkbox"/> Fixa, <input type="checkbox"/> Diarista, <input type="checkbox"/> Familiar.		
27. Se mão de obra externa, quantas? _____		
28. Possui fontes alternativas de renda? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Se Sim, qual? _____		
29. Qual a renda total da família (mês)? R\$ _____		
Observações: _____		

III – Caracterização da propriedade

30. Nome da propriedade: _____

31. Comunidade: _____

32. Telefone para contato: _____

33. Área rural consolidada ANTES () ou DEPOIS () de 1988?

34. Qual é o tamanho total da propriedade? _____

35. Possui algum estabelecimento próximo a propriedade? _____

36. Participa de alguma associação ou cooperativa? Não (). Sim (). Se SIM, qual? _____

37. Especifique o número de instalações na propriedade e o tipo das benfeitorias:

Tipo de instalação	Nº de instalações
[a] () Casa de moradia	
[b] () Cercas	
[c] () Curral ou cocheiro	
[d] () Chiqueiro	
[e] () Galinheiro	
[f] () Paio	
[g] () Fornos	
[h] () Barracão/galpão	
[i] () Tulha	
[j] () Casa de farinha	
[l] Outro	

38. Tem rede elétrica? Não (). Sim ().

39. Para consumo humano, qual a origem da água? () Cisterna. () Poço artesiano.

() Poço comum (cacimba). () Água encanada. () Açude.

40. Já realizou alguma forma de análise da qualidade da água utilizada para consumo?

Não (). Sim ().

41. Quais atividades agrícolas são desenvolvidas na propriedade?

() Arroz. () Café. () Cana de açúcar. () Feijão. () Mandioca. () Milho. () Soja.

() Abacaxi. () Banana. () Mamão. () Melancia. () Laranja. () Horta.

Outros: _____

42. Quais atividades pecuárias são desenvolvidas na propriedade?

() Aves. () Bovino. () Suíno. () Bovino leiteiro, quantos? _____

Outros: _____

43. A área de campo/pastagem inclui: Pecuária de corte. Pecuária de leite.
 Diferenciado.
44. Há exploração econômica de produtos florestais? Não . Sim .
45. Dentre as atividades desenvolvidas na propriedade atualmente, qual representa a sua principal fonte de renda? Especifique de acordo com o grau de importância. _____

Observações: _____

IV – Manejo agropecuário

46. Como identifica o tipo de solo apropriado para o desenvolvimento da produção? _____
- _____
47. Como reconhece que o solo da área de produção está com baixa fertilidade? _____
- _____
48. Como faz para restaurar ou manter a qualidade do solo? _____
- _____
49. Faz uso do fogo? Não. Sim.
50. Já fez alguma análise de solo? Não. Sim. Quando: _____
51. Usa recomendações agronômicas de adubação das culturas? Não. Sim. Se SIM, qual? _____
- _____
52. Usa adubo químico? Não. Sim.
53. Se utiliza, onde é descartado a embalagem? Queima. Devolvido ao fornecedor. Lixo comum.
 Campanha de recolhimento da prefeitura. Reutiliza.
 Outros: _____
54. Faz compostagem? Não. Sim. Com o quê? _____
- _____
55. Usa algum biofertilizante? Não. Sim. Se SIM, qual? _____
- _____
56. Qual fonte de adubo orgânico? Aves. Bovino. Caprino. Equino. Suíno.
 Outros: _____

57. Utiliza irrigação? Não. Sim.

58. Se SIM, a quais culturas? _____

59. Usa calagem? Não. Sim. Se SIM, qual a frequência? _____

60. Utiliza algum defensivo agrícola? Não. Sim.

61. Se SIM, em qual (is) cultural (as)? _____

62. Faz uso de EPT's? Não. Sim. Pouco.

63. Como faz para descartar as embalagens? Queima. Devolvido ao fornecedor. Lixo comum.
 Campanha de recolhimento da prefeitura. Outros: _____

64. Como maneja o solo? Tração animal. Mecanizada.

65. Se MECANIZADA, é própria, da prefeitura, de associação ou terceirizado?

66. Sistema de produção é: Convencional. De transição. Agroecológica.

Observações: _____

V – Comercialização agrícola

67. Quais produtos são comercializados? _____

68. Para quem é comercializado? Feira de produtores. Mercado.
 Restaurantes. Ao consumidor. Ao atravessador. Associação/cooperativa.
Outra forma _____

69. O valor dos produtos, quando não regulado pelo mercado, como é estipulado? _____

70. Realiza cálculos sobre custo de produção e de venda?
 Não. Sim.

71. Existe algum problema dentro da propriedade que dificulta a produção? Não. Sim. Se SIM, qual? _____

72. Existe algum problema para escoar a produção? Não. Sim. Se SIM, qual? _____

73. Participação em sistemas associativos: Associação de produtores. Cooperativa.
 Sindicato de Produtores. Clube de Jovens. Clube de Mulheres. Conselhos regionais e / ou nacional.

74. Como se dá a sua participação: Todas as atividades. Algumas atividades.
 Esporadicamente.

75. Por que razão se associou? Razão econômica (financiamento). Razões coletivas.

76. Na sua opinião qual o grau de importância da Associação? Fundamental. Importante. Pouco importante. Não é necessária.

77. Qual a maior vantagem da associação?

Observações: _____

VI – Caracterização ambiental

78. Há coleta de resíduos? Não. Sim. Queima. Outros _____

79. Há tratamento de esgoto? Não. Sim. Se SIM, qual? Fossa. Outros: _____

80. Quando vai retirar madeira (para construir ou para lenha), solicita autorização de corte?

Não. Sim. Compra de fora.

81. Tem outorga para uso da água? Não. Sim.

82. Tem conhecimento sobre APP e RL? Não. Sim.

83. Vê algum benefício (âmbito geral) em preservar o meio ambiente? Não. Sim. Quais _____

Perguntas de nº 79 a 92 – observações *in loco*.

84. Possui Área de Preservação Permanente na propriedade? Não. Sim.

85. Sabe qual o tamanho da APP? Não. Sim. Se SIM, qual o tamanho da área? _____

86. Como se encontra o estado de conservação da APP? Bom. Ruim. Relativo.

87. Já precisou em algum momento realizar a recuperação da área de APP? Não. Sim. Se SIM, quais espécies foram utilizadas para recuperar a APP? Nativa. Exótica.

88. Possui Reserva Legal na propriedade? Não. Sim.

89. Sabe qual o tamanho da RL? Não. Sim. Se SIM, qual o tamanho da área? _____

90. Como se encontra o estado de conservação da RL? Bom. Ruim. Relativo.

91. Há cursos d'água na propriedade? Não. Sim. Se SIM, estão preservados?

Não. Sim. Relativo.

92. Há lagos, lagoas, reservatório de água, NATURAL? Não. Sim. Se SIM, estão preservados? Não. Sim. Relativo.

93. Há lagos, lagoas, reservatório de água, ARTIFICIAL? Não. Sim. Se SIM, estão preservados? Não. Sim. Relativo.

94. Há nascentes, minas, olhos d'água? Não. Sim. Se SIM, estão preservados?

Não. Sim. Relativo.

95. Há várzea de inundação ou planície de inundação? Não. Sim. Se SIM, estão preservados? Não. Sim. Relativo.

96. Há áreas úmidas cobertas por água? Não. Sim. Se SIM, estão preservados? Não. Sim. Relativo.

97. Há morros/encostas na propriedade? Não. Sim. Se SIM, estão preservados? Não. Sim. Relativo.

98. APP e RL estão averbadas? Não. Sim.

Observações: _____

VII – Quanto às políticas públicas

99. Possui algum financiamento? Não. Sim. Se SIM, qual? _____

Em que sistemas produtivos?

Na agricultura: lavoura branca. lavoura perene ou semi-perene.

Na pecuária: aquisição de gado branco aquisição de gado mestiço. cerca. curral.
 reforma de pasto.

Em equipamentos?

trator. roçadeira arado. grade. outros _____

100. Onde encontra as novidades do setor? Casa agropecuária. Internet. Feiras. Prefeitura.
 TV/rádio/jornal. Universidades. Outros: _____

101. As informações obtidas são possíveis de serem aplicadas? Não. Sim. Pouco.

102. Assistência técnica:

Manejo do solo . Obs.? _____

Aplicação de defensivos agrícolas . Obs.? _____

Comercialização . Obs.? _____

Manejo cultural . Obs.? _____

Diversificação da produção . Obs.? _____

Orientações ambientais . Obs.? _____

Observações: _____

IV – Caracterização do programa PRONAF

Perguntas de nº 103 a 114 – beneficiários do PRONAF.

103. Para você, o que é o PRONAF?

104. Ano de acesso? _____

105. Como teve conhecimento do PRONAF?

Sindicato EMPAER

Vizinhos, conhecidos, amigos Prefeitura

Associação, ONG Outro. Qual? _____

106. Você participa de reuniões para discutir o Projeto?

Não. Sim. Não soube informar.

107. Qual o valor total que você acessou no último PRONAF (R\$)? _____

108. Qual a destinação do crédito acessado no PRONAF em sua propriedade?

aquisição de implementos agrícolas. compra de animais/pecuária. construções rurais (infraestrutura). Outros: _____

109. Em relação à renda, o que significou o valor acessado no último PRONAF para a renda de sua família?

Manteve a renda Foi a única renda da família neste período

Aumentou a renda Não soube informar

110. Qual sua avaliação sobre o PRONAF?

Satisfeito Insatisfeito

Pouco satisfeito Não tenho opinião formada

Indiferente

111. A partir da participação no PRONAF, houve aumento na área (ha) de produção?

Não. Sim. Não soube informar. Se sim, quanto? _____

112. A partir da participação no PRONAF, diversificou o sistema produtivo?

Não. Sim. Não soube informar. Se sim, o que foi alterado? _____

113. O PRONAF ajudou a família a realizar algum projeto?

Não. Sim. Não soube informar.

114. No que o PRONAF pode melhorar?

Apêndice II – Formulário complementar para as entrevistas.



Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário de Cáceres – MT
Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Meio Ambiente e
Sistemas de Produção Agrícola- PPGASP
Laboratório de Geotecnologias – LABGEO



FORMULÁRIO SÓCIOECONÔMICO PARA OS FEIRANTES

Mestranda: Hellen Simone Tortorelli

Orientador: Prof. D.Sc. Ronaldo José Neves

Co-orientadora: D.Sc. Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin

FORMULÁRIO Nº _____

1. Identificação do entrevistado (a):

NOME: _____

Fone para contato: (____) - _____

Sexo: () MASCULINO () FEMININO

1.2 Idade

a) () Menor de 18 anos b) () 18 a 25 anos c) () 26 a 30 anos d) () 31 a 45 anos

e) () 46 a 50 anos f) () 51 a 35 anos g) () mais de 61 anos.

1.3 Estado civil

a) () Solteiro (a) b) () Casado (a) c) () Mora junto d) () separado(a)

e) () Viúvo(a).

1.4 Origem de nascimento:

a) Cidade onde nasceu: _____

b) Estado onde nasceu: _____

c) () Brasileiro (a) d) Outra nacionalidade: _____

e) Etnia indígena: _____.

1.5 Grau de escolaridade:

a) () Ensino primário b) () Ensino fundamental c) () Ensino Médio

d) () Ensino Superior e) () Pós – graduação.

1.5.1. Exerce outra atividade profissional?

a) () Sim - Qual? _____

b) () Não

1.6 Dados onde mora:

- a) () Cidade b) () Sítio ou fazenda c) () Assentamento: _____
 d) () Mirassol Do Oeste e) () Outra cidade: _____
 f) Aldeia: _____

1.7 Quantas pessoas moram com você?

- a) () 1 – 3 pessoas b) () 4- 6 pessoas c) () 7 pessoas d) () Mais de 7 pessoas.

1.8 Você tem filhos?

- a) () Não tem filhos b) () 1 -2 filhos c) () 3 – 4 filhos d) () mais de 5 filhos.

1.9 Há quantos anos mora em Mirassol Do Oeste-MT?

- a) () sempre morou b) () 1- 5 anos c) () 6 - 10 anos d) () 11 – 25 anos e) () 26 anos acima () Não mora em Mirassol)

1.9.1 Qual foi o motivo da mudança para Mirassol?

- a) () Terra barata b) () Trabalho c) () Família d) () Agricultura
 e) Pecuária () f) Usina () g) () Saúde h) () casamento
 i) () Outro: _____

2. Sobre a feira municipal

2.1 Há quantos anos você vende produtos na feira?

- a) () Até 1 ano b) () 1 ano - 2 anos c) () 3- 5 anos
 d) () 6 – 10 anos e) () Mais de 10 anos.

2.1.1 Já vendeu ou vende em feira de outra cidade?

- a) () Sim b) () Não c) () Onde: _____

2.1.2 Vende o mesmo produto?

- a) () Sim b) () Não

2.2 Qual (quais) são o(s) produto (s) que você vende na feira?

- a) () Leguminosas b) () Hortaliças c) () frutas d) () Pães, bolos, bolachas
 e) () queijo, doces f) () ovos, galinha caipira para o consumo alimentar
 g) () polpa de frutas h) () carne bovina () suína i) () palmito amargo
 j) () artesanato _____ k) () Raízes medicinais, pomadas, xaropes

- l) () Sementes, mudas de plantas ornamentais, medicinais
 m) () Lanches (pastel, caldo de cana, salgados em geral) n) () Ferramentas agrícolas
 o) () Outros _____

2.3 Há quanto tempo comercializa esse(s) produto(s)?

- a) () 1 mês b) () Há alguns meses c) () 1 ano d) () 2 – 5 anos
 e) () 6- 10 anos f) () 11 anos acima

2.4 Quais são as dificuldades de comercialização na feira?

- a) () Preço b) () Autorização de venda c) () Um bom local de venda na feira
 d) () falta de água e) () Transporte f) () Venda do produto g) () Limpeza do local.

2.5 A prefeitura municipal oferece algum tipo de apoio aos agricultores (as) feirantes?

- a) () Orientação comercial de vendas b) () Cursos de qualificação ao feirante
 c) () Assistência agrícola d) () Associação e) () Orientação direto no local de produção
 f) () Não oferece

2.6 O custo para comercializar na feira:

- a) () Alto b) () Baixo c) () Razoável d) () Prefere não opinar.

2.7 O produto comercializado na feira:

- a) () Produto agroecológico c) () Medicina alternativa d) () Produto agroindustrializado
 e) () Artesanato f) () Outro: _____
 g) Produto da agricultura convencional

2.8 O transporte para trazer o(s) produto (s) na feira:

- a) () Veículo b) () Trator com carretinha c) () Moto com carretinha
 d) () Carroça

2.9 Tem a necessidade de contratar alguém para trabalhar no dia de venda na feira?

- a) () Sim b) () Não

3. Tem outra renda econômica além de comercializar na feira?

- a) Sim () b) Não () c) () Aposentado (a) d) () Funcionário público
 e) () Autônomo f) () Pensionista g) () Sobrevive apenas da agricultura familiar

3.1 A renda mensal na feira atinge:

- a) () 1 salário mínimo b) () 2 salários – 4 salários c) () Acima de 5 salários

3.2 Algum parente próximo demonstra interesse em continuar a comercialização na feira?

- a) () Sim b) () Não

3.3 Os produtos comercializados na feira são originários de onde?

- a) () Propriedade particular b) () Por atravessadores c) () De agricultores de outras cidades vizinhas d) () Outros: _____

4. AGRICULTORA FEIRANTE

Além de feirante você é agricultora () Sim () Não

Você conhece alguma feirante que seja agricultora () Sim () Não

Se sim, poderia informar: _____

4.1 A participação da mulher feirante tem aumentado nos últimos anos?

- a) () Sim b) () Não

4.2 Existe alguma associação de agricultoras feirantes em Mirassol ou na região?

- a) () Sim: ____ b) () Não

Se sim, qual: _____

4.2.1 Qual é a importância da associação?

- a) () Cursos profissionais b) () Políticas para mulheres
c) () Outros: _____

4.3 Os órgãos públicos do município incentivam a organização das agricultoras para vender na feira ou em outros lugares?

- a) () Sim b) () Não

4.2 Conhece o PRONAF MULHER?

- a) () Sim b) () Não

4.3.1 O PRONAF MULHER é utilizado na região?

- a) () Sim b) () Não c) () Quem gerencia é o homem
d) () Não se tem informação a respeito do PRONAF MULHER.

4.5 Como ficou sabendo do PRONAF MULHER?

- a) () Reunião em associações de comunicação b) () Secretaria de agricultura municipal c) () Meios de comunicação
- d) () Por conhecido (a) e) () Membro de associação f) () Por feirante(s)

4.6 Conhece alguma política pública que incentive ou fortaleça a participação das agricultoras na feira municipal através de seus produtos para comercialização?

- a) () Sim b) () Não c) () Já teve alguns anos d) () Nunca teve e) () Existe associação de mulheres

4.7 Considera importante a participação de jovens mulheres para dar continuidade na sucessão da comercialização dos produtos comercializados pelas mulheres na feira?

- a) () Sim b) () Não

4.8 Conforme a sua produção e comercialização na feira, para garantir maior qualidade contra pragas e doenças em sua produção, qual destes itens é mais utilizado para garantir o controle?

- a) () defensivo agrícola b) () Defensivo orgânico e/ou biológico c) () Outros: ____

Assinatura do entrevistado (a)

DATA: __/__/__.